

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS
PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE
SOCIAL NO COMPLEXO COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO

Bolsista: Jéssica de Almeida Garcia, CNPq

MANAUS
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB-SA/0111/2014
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS
PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE
SOCIAL NO COMPLEXO COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO

Bolsista: Jéssica de Almeida Garcia, CNPq
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare
Co-orientação: Elane de Azevedo Pires

MANAUS
2015

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário, da Faculdade de Psicologia e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário, da Faculdade de Psicologia.

RESUMO

A ausência de moradias adequadas para habitação no Brasil é um problema que se originou a partir do intenso crescimento populacional e desenvolvimento industrial no século XIX, resultando na questão habitacional brasileira a qual é alvo de discussões e propostas que visam suprir a carência de habitações. Atualmente, o governo dispõe de programas de habitação de interesse social para famílias que possuem renda mensal de até três salários mínimos e residem em moradias precárias e/ou habitam em áreas de risco. O foco desses programas é dar oportunidade de adquirir casas subsidiadas com vista à promoção de cidadania e inclusão social dos indivíduos. O trabalho em questão se propõe a apresentar a caracterização socioeconômica das famílias participantes do programa de habitação de interesse social Minha Casa Minha Vida e Entidades, a ser implementado no Complexo Colônia Antônio Aleixo, localizado na Zona Leste de Manaus. A pesquisa é de cunho quanti-qualitativo de caráter exploratório-descritivo, realizada com 12 famílias candidatas ao programa, utilizando como instrumentos: formulário com perguntas abertas e fechadas para delinear o perfil socioeconômico das famílias; observação sistemática e assistemática com registro em diário de campo e registro fotográfico para descrever a organização espacial da Comunidade da Fé I e Rua Dr. João de Paula. Como resultado, obtivemos que os entrevistados eram predominantemente do sexo feminino (10), com idades que variavam de 19 a 57 anos, provenientes da capital, interior do Amazonas e de outro estado. A maioria (11) dos participantes não concluiu o ensino fundamental e não trabalham de carteira assinada, sobrevivendo de serviços autônomos e benefícios sociais. Todos residem em áreas de risco com casas de madeira e alvenaria erguidas em barrancos. Dentre as deficiências identificadas em suas moradias está a falta de infraestrutura, adensamento excessivo, coabitação familiar e falta de regularização na posse da propriedade. Além disso, os participantes enfrentam dificuldades com a falta de infraestrutura na rua em que residem, coleta de lixo incipiente, falta de segurança e serviço de transporte coletivo. A pesquisa demonstrou que as famílias dos participantes se encontram em situação de exclusão social ocasionada e agravada por sua condição de pobreza, resultando na falta de acesso a direitos básicos como educação, emprego, saneamento e habitações adequadas para moradia. Portanto, os dados revelam a necessidade de melhores formas de atuação da referida política pública, devendo-se abranger aspectos relacionados ao problema habitacional que vão além da casa, isto é, outras dimensões da vida social.

Palavras chave: habitação de interesse social, Colônia Antônio Aleixo, psicologia social.

ABSTRACT

The lack of adequate housing for housing in Brazil is a problem that originated from the intense population growth and industrial development in the century XIX, resulting in the Brazilian housing issue which is the subject of discussions and proposals to address the housing shortage. Actually, the government provides social housing programs for families with incomes up to three minimum wages and live in precarious and/or live in areas at risk. The focus of these programs is to give opportunity to purchase subsidized homes for the promotion of citizenship and social inclusion of individuals. The work purports to present the socioeconomic characteristics of families participating in the social housing program “Minha casa minha vida” and “Entidades”, to be implemented in the Complex Colônia Antônio Aleixo, Located in the East Zone of Manaus. The research is quantitative and qualitative study of exploratory and descriptive character, performed with 12 families applying for the program, using instruments such as: form with open and closed questions to outline the socioeconomic profile of families; systematic and unsystematic observation journaling field and photographic record to describe the spatial organization of “Comunidade da fé I” and street Dr. João de Paula. As a result, we obtained that the respondents were predominantly female (10), with ages ranging 19-57 years from the capital, the interior of Amazonas and of another state. The majority (11) of the participants did not complete primary school and do not work for a formal contract, surviving autonomous services and social benefits. All reside in hazardous áreas, with wood and masonry houses built in ravines. Among the weaknesses identified in their homes is the lack of infrastructure, excessive consolidation, family cohabitation and lack of regulation in the possession of the property. Also, participants face difficulties with the lack of infrastructure on the street where they live, incipient garbage collection, lack of security and public transport service. Research has shown that families of participants are in a situation of social exclusion caused and exacerbated by their poverty condition, resulting in lack of access to basic rights such as education, employment, sanitation and adequate housing for housing. Therefore, the data reveal the need for improved forms of such public political activity, and one should cover aspects related to the housing problem beyond the house, that is, other dimensions of social life.

Key words: social housing, Colônia Antônio Aleixo, social psychology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem de satélite do Complexo Colônia Antônio Aleixo _____	27
Figura 2 - Imagem de satélite com a distribuição das comunidades no Complexo _____	28
Figura 3 - UBS Nova Esperança _____	29
Figura 4 - Serviço Móvel de Urgência da Colônia Antônio Aleixo _____	29
Figura 5 - Policlínica Antônio Aleixo _____	30
Figura 6 - Hospital e Maternidade Chapot Prevost _____	30
Figura 7 - Serviço de Pronto Atendimento _____	30
Figura 8 - Centro de Reabilitação Colônia Antônio Aleixo _____	31
Figura 9 - Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha _____	31
Figura 10 - 28º Distrito Integrado de Polícia (DIP) _____	32
Figura 11 - Praça Tancredo Neves _____	32
Figura 12 - Centro Social e Esportivo do Lago do Aleixo (CSELA) _____	34
Figura 13 - Associação Beneficente e Educandário Espírita _____	35
Figura 14 - Instituto Transformando Vidas na Rua Dr. João de Paula _____	36
Figura 15 - Clube de Mães “Irmã Ruth Moura” _____	36
Figura 16 - Associação de Moradores e Amigos do Complexo Colônia Antônio Aleixo _____	37
Figura 17 - Unidade dos Correios _____	39
Figura 18 - Escola Estadual Manuel Antônio de Souza _____	39
Figura 19 - Torres de transmissão de sinal telefônico e de internet para o bairro _____	39
Figura 20 - Indústria do Grupo Sovel _____	39
Figura 21 - Imagem de satélite ampliada com vista da Rua Dr. João de Paula _____	40
Figura 22 - Entrada da Rua Dr. João de Paula _____	40
Figura 23 - Residências localizadas na Rua Dr. João de Paula _____	41
Figura 24 - Poças de lama na Rua Dr. João de Paula _____	41
Figura 25 - Trecho da Rua Dr. João de Paula _____	42
Figura 26 - Carros trafegando na Rua Dr. João de Paula _____	42
Figura 27 - Rua Progresso _____	42
Figura 28 - Atalho utilizado pelos moradores _____	42
Figura 29 - Sede em construção da Igreja Evangélica _____	43
Figura 30 - Antiga sede da igreja abandonada _____	43
Figura 31 - Casa da participante L.S.V _____	52
Figura 32 - Casa do participante R.S.N. _____	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de participantes de acordo com sexo e idade _____	44
Gráfico 2 - Distribuição de participantes por local de nascimento _____	44
Gráfico 3 - Distribuição de participantes de acordo com o estado civil _____	45
Gráfico 4 - Distribuição de participantes de acordo com a quantidade de filhos _____	45
Gráfico 5 - Distribuição de participantes de acordo com o nível de escolaridade _____	46
Gráfico 6 - Distribuição de participantes de acordo com o trabalho/ocupação _____	47
Gráfico 7 - Distribuição de participantes de acordo com o tempo de comunidade _____	50
Gráfico 8 - Distribuição de participantes de acordo com as pessoas com quem reside _____	51
Gráfico 9 - Distribuição de participantes de acordo com o total de habitantes por casa _____	52
Gráfico 10 - Distribuição de participantes por compartimentos das casas _____	53
Gráfico 11 - Habitantes por compartimentos das casas _____	53
Gráfico 12 - Distribuição de participantes de acordo com a forma de aquisição da casa _____	54
Gráfico 13 - Distribuição de participantes de acordo com o acesso aos serviços públicos _____	56
Gráfico 14 - Avaliação do serviço de transporte coletivo na comunidade _____	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	11
3 DIALÉTICA INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL	19
4 METODOLOGIA	24
4.1 Tipo de pesquisa	24
4.2 Participantes da pesquisa e amostra	24
4.3 Instrumentos de pesquisa	24
4.4 Procedimentos	25
5 O COMPLEXO COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO	26
5.1 Características geográficas	26
5.2 Demografia	27
5.3 Estrutura física	28
5.4 Serviços	29
5.4.1 Saúde	29
5.4.2 Educação	32
5.4.3 Segurança	32
5.4.4 Esporte e Lazer	32
5.4.5 Transporte Público	33
5.4.6 Trabalho	33
5.5 Instituições e Lideranças	33
5.6 Condições de moradia no Complexo	38
5.7 Comunidade da Fé I	39
5.7.1 Rua Dr. João de Paula	40
6 PERFIL DAS FAMÍLIAS CANDIDATAS AO PROGRAMA	44
6.1 Perfil socioeconômico	44
6.2 Moradia	50
6.3 Serviços públicos	56
7 CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
CRONOGRAMA	66
ANEXO 1	67
ANEXO 2	71
ANEXO 3	72
ANEXO 4	73
ANEXO 5	75

1 INTRODUÇÃO

O problema habitacional no Brasil é uma questão que atinge milhões de famílias em todas as regiões do país, as quais sofrem com a falta de possibilidades para adquirir uma moradia, direito básico para a sobrevivência de qualquer ser humano. As repercussões de suas causas históricas resultaram na formação das favelas, cortiços, autoconstruções e assentamentos precários que, ainda hoje, podem ser observados em todas as capitais brasileiras. Além disso, o agravamento deste problema urbano é resultado de uma crise de moradia e empobrecimento das classes populares nos anos 1980 e 1990, o que impulsionou estas camadas a construir suas casas em locais inadequados para a moradia (BONDUKI, 2008). A falta de recursos econômicos para as famílias pobres, má distribuição de terras e concentração de renda, sempre estiveram diretamente relacionados à falta de condições dessa classe para a aquisição de uma casa, tendo em vista seus altos custos e maior facilidade de acesso a este bem por parte da classe média.

Dados do Censo Demográfico de 2010, apontam que o déficit habitacional brasileiro corresponde a 6,490 milhões de unidades (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). Em Manaus (AM), existem cerca de 153 mil residências carentes de algum tipo de infraestrutura (op. cit.), pois muitos de seus bairros não apresentam domicílios com as condições adequadas de saneamento, somado à presença de áreas de risco que são habitadas pelos moradores. Um dos bairros que se enquadra em tais condições é o Complexo Colônia Antônio Aleixo, que apresenta 20,6% de sua população residindo em locais impróprios (RIBEIRO, 2011).

Considerando a dimensão deste problema, que logo foi assumido como responsabilidade do Estado graças à pressão dos movimentos sociais, é que foram criados os programas de habitação de interesse social destinados para as famílias de baixa renda que residem em assentamentos precários e/ou áreas de risco. Os programas de habitação de interesse social se propõem a reduzir o percentual de habitações que são construídas de maneira não planejada e sem uma localização adequada, ao tornar viável o acesso à moradias com condições físicas apropriadas de infraestrutura, com acesso a saneamento básico, transporte e acesso à cidade (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010a).

Tomando como alvo as famílias beneficiárias deste tipo de programa, é que a presente pesquisa de iniciação científica se propõe a conhecer estas, indo além da dimensão de baixa

renda e se aprofundando nas demais dimensões compartilhadas por essas famílias, mais especificamente aquelas residentes no Complexo Colônia Antônio Aleixo e que irão participar de um programa de habitação de interesse social.

Esta pesquisa tem como objetivo geral fazer o levantamento da caracterização socioeconômica das famílias da Comunidade da Fé I, no Complexo Colônia Antônio Aleixo, participantes do programa de habitação de interesse social “Minha Casa, Minha Vida”. Os objetivos específicos da pesquisa compreendem: a) apresentar a caracterização socioeconômica das famílias participantes do programa e; b) descrever a organização espacial da Comunidade da Fé I, na Colônia Antônio Aleixo.

A pesquisa é do tipo quali-quantitativa de cunho exploratório-descritivo. Em seu caráter descritivo, o pesquisador observa, registra, analisa e correlaciona as informações sem manipulá-las. Os instrumentos e técnicas utilizadas foram:

- Formulário com perguntas abertas e fechadas (ANEXO 4), composto por 26 questões acerca da vida civil, vínculo empregatício, renda familiar e nível de escolaridade dos participantes, assim como dados sobre a moradia envolvendo tempo de residência, localização, descrições físicas e acesso a serviços públicos básicos (iluminação pública, rede de água e esgoto, segurança e transporte público);

- Observação sistemática (ANEXO 5) e assistemática, com registro em diário de campo, para descrição da comunidade da Fé I, das condições das famílias e das visitas;

- Registro fotográfico, para descrição da Comunidade da Fé I e das casas das famílias entrevistadas.

Os dados coletados foram tabulados, sendo que aqueles quantitativos foram analisados por meio da estatística descritiva com apresentação das frequências obtidas. As informações do registro em diário de campo foram utilizadas no complemento da descrição da Comunidade da Fé I e da análise dos resultados. Os registros fotográficos foram organizados e apresentados para ilustrar e dar consistência às análises quantitativas e qualitativas.

A justificativa da pesquisa consiste na necessidade de conhecer o universo das famílias que participam dos programas de habitação de interesse social e a realidade de suas moradias, pois se considera que esta ação se apresenta como fundamental para a execução deste tipo de programa e alcance de seus objetivos. A relevância da pesquisa para os participantes se apresenta na forma de contribuição para os planejamentos do programa de habitação que será destinado a eles, permitindo compreender suas demais necessidades além da moradia.

A pesquisa contou com o suporte da Associação de Moradores do Complexo (AMACCAA), que deu anuência à pesquisa (ANEXO 2), forneceu dados acerca da

comunidade, apresentou as famílias aptas a participarem da pesquisa, disponibilizou técnicos para o acompanhamento das visitas, além de documentos e relatórios que subsidiaram as informações acerca das condições de moradia no bairro.

O relatório em questão apresenta o seguinte arranjo: a) introdução, na qual consta apresentação, objetivos, metodologia e uma breve justificativa; b) fundamentação teórica para o embasamento da pesquisa; c) procedimentos metodológicos adotados; d) descrição da Complexo Colônia Antônio Aleixo e da comunidade da Fé I; e) perfil socioeconômico das famílias candidatas ao programa; f) considerações finais acerca da pesquisa e cronograma da pesquisa.

2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A falta de moradias para grande parte da população de baixa renda é um problema que está presente em todos os países do mundo, dos menos desenvolvidos às maiores potências mundiais. No Brasil, a questão da ausência de habitações com condições dignas e necessárias para as famílias mais pobres pode ser caracterizada com uma trajetória que perpassa às mais diversas discussões e medidas. Estas carregam a marca de tentativas de encontrar uma saída que atenuasse os impactos gerados pelo despreparo do Estado em lidar com o crescimento populacional e o desenvolvimento industrial, fatos que deram origem ao grande dilema da questão habitacional no país.

O agravamento da situação habitacional no Brasil teve reflexo direto na insatisfação da população com a atuação do poder público, circunstância que levou o Estado a intervir na produção habitacional, que por longos anos ficou sob responsabilidade da iniciativa privada. A atuação do Estado no âmbito da habitação de interesse social tem início com o lançamento de programas que se propunham a atenuar o déficit habitacional brasileiro, por meio do financiamento de moradias para a população de baixa renda. Este tipo de iniciativa governamental se repetiu por longos anos até a presente década, delineando um perfil socioeconômico para as famílias que necessitam de habitação e constituindo um desafio urbano para a habitação de interesse social.

Baseando-se em diversos estudos sobre a Habitação de Interesse Social, podemos defini-la como um tipo de habitação produzida para atender a necessidade de moradia de um grupo de famílias que se inserem no perfil socioeconômico de “baixa renda”. De acordo com esse perfil, as famílias possuem rendimentos de 0 a 3 salários mínimos, portanto, não possuem condições financeiras para obter a casa própria no âmbito processo do mercado capitalista, no qual, os imóveis considerados adequados para moradia têm muitas vezes valores exorbitantes. Sendo assim, as habitações de interesse social são normalmente subsidiadas pelo poder público, que faz a seleção das famílias que prioritariamente são moradores de área de risco e as torna beneficiárias das casas.

A Habitação de Interesse Social surgiu no Brasil por meio da produção de moradias operárias no governo de Marechal Hermes (1910-1914). Tais moradias consistiam em vilas proletárias destinadas aos operários residentes no bairro Marechal Hermes, no Rio de Janeiro. As Vilas de Hermes podem ser consideradas como as primeiras intervenções em questões

sociais habitacionais por parte do Estado no país, sendo precursoras da intervenção habitacional no período Vargas (FERNANDES; OLIVEIRA, 2010). As vilas operárias localizavam-se no centro das cidades próximas as indústrias. No entanto, esse tipo de moradia era oferecido pelos empregadores aos trabalhadores mais qualificados devido à inexistência de qualquer iniciativa que pudesse prover habitação para grande parte dos trabalhadores pobres, somado a falta de condições econômicas dos mesmos para pagar uma moradia digna. Em consequência dos baixos salários pagos naquela época, muitas famílias foram obrigadas a morar nos cortiços pertencentes à iniciativa privada que eram caracterizados por ser uma habitação coletiva, com edificações velhas, banheiro de uso coletivo e localizados nos centros da cidade.

Apesar de não ter seus efeitos considerados como importantes na questão da habitação social no Brasil, a Vila Marechal Hermes foi planejada para abrigar cerca de cinco mil pessoas, tendo suas obras iniciadas no governo de Marechal Hermes, mas sua conclusão só ocorreu no governo de Getúlio Vargas, em 1941. Vargas deu início a sua intervenção nas obras da Vila Marechal Hermes através do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União (IPFPU). Com isso, Fernandes e Oliveira (2010) afirmam que apesar de Getúlio Vargas ter dado continuidade as obras da Vila Marechal Hermes, este não reconheceu a contribuição da República Velha na primeira intervenção estatal na questão da habitação social brasileira, fato que contribuiu para que Marechal Hermes não tivesse sua atuação reconhecida âmbito da habitação social no Brasil (BONDUKI, 1994, p. 714).

Para Bonduki (1994), outro marco a ser considerado na trajetória da habitação de interesse social, consiste na Lei do inquilinato (1921-1927) a qual resultou da intervenção do Estado na produção de moradias e proteção ao inquilinato, visando conquistar as massas populares que enfrentavam problemas com a situação habitacional. Dessa forma, ao adotar a medida da Lei do Inquilinato em 1921, a qual preconizava o congelamento no valor dos aluguéis, em virtude dos altos valores que contribuía para a crise de moradia que vigorava naquele período, o Estado:

[...] assume a peculiaridade da habitação como uma mercadoria especial, onde o interesse social ultrapassa os mecanismos de mercado. Reforça, portanto, independentemente da intenção de seus idealizadores, a visão da habitação social no Brasil. (BONDUKI, 1994, p.719)

De modo a reforçar sua presença na intervenção habitacional, o Estado criou em 1933 os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP'S), que buscavam viabilizar uma política habitacional direcionada para a classe trabalhadora (CABRAL, 2005), além de financiar,

simultaneamente, a habitação social e a construção civil. Os IAP'S construíram núcleos habitacionais em benefício de seus associados e tiveram uma importante intervenção por construírem moradias com boa localização (BONDUKI, 1994). Apesar disso, os IAP'S encerraram suas atividades por não obterem retorno de seus investimentos.

De acordo com Motta (2010), a principal marca da política habitacional no período populista foi a criação da Fundação Casa Popular (FCP) em 1946, sendo a primeira política nacional de habitação. A FCP foi o primeiro órgão federal brasileiro na área de moradia que se propôs a centralizar a política de habitação (CABRAL, 2005). Porém, a FCP não dispunha dos recursos necessários para seu desempenho, além de não ter produzido moradias suficientes para atender a demanda durante seus vinte anos de existência, acabando extinta em 1964 (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Com o fim da FCP, foi criado o Banco Nacional de Habitação (1964), a primeira intervenção significativa do Estado na questão habitacional, funcionando como uma maneira do governo militar alcançar o apoio das massas populares e estruturar uma política voltada para o setor da construção civil habitacional (BONDUKI, 2008).

O Banco Nacional de Habitação visava propiciar às classes populares a oportunidade de aquisição da casa própria. Abiko (1995 *apud* LARCHER, 2005, p. 10) aponta que “o Interesse Social como terminologia na habitação no Brasil já era utilizada nos programas para faixas de menor renda do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH)”. Entretanto, o procedimento adotado para a realização de tal feito compreendia um método de fornecimento de moradias que consistia em oferecer financiamentos para os agentes que executavam programas habitacionais, os quais transferiam o dinheiro para as empresas de construção. Dessa forma, o BNH deveria tornar viável a aquisição de moradias para o povo brasileiro, mas seu funcionamento não favorecia a compra dessas casas pelas classes desfavorecidas (VALLADARES, 1981). As alternativas encontradas pelas classes de baixa renda frente à ineficiência do BNH consistiam na compra de loteamentos que eram revendidos a preços acessíveis por pequenos proprietários, e também a autoconstrução. Esta última resultou em inúmeras construções em condições precárias, pois as famílias não possuíam renda suficiente para investir em uma moradia com infraestrutura adequada e boa localização, em virtude da má distribuição de terras.

Foram desenvolvidos muitos debates e propostas a fim de discutir medidas de descentralização do BNH, mudanças no sistema de financiamento, operação e receita dos sistemas, mas nenhuma dessas alternativas foi satisfatória, e o banco foi extinto em 1986

(AZEVEDO, 2007). Com o fim do Banco Nacional de Habitação, suas atribuições foram transferidas para a Caixa Econômica Federal.

Com a Constituição de 1988, passou a ser competência dos Estados e Municípios “a gestão dos programas sociais, e dentre eles o de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, seja por imposição Constitucional” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p. 10). Bonduki et al. (2003 *apud* LARCHER, 2005) também afirma que a Constituição Federal de 1988 passou a atribuir ao solo urbano uma função social, com isso “o conceito de Interesse Social é constitucionalmente incorporado às políticas habitacionais para os setores de população de baixa renda”, (LARCHER, 2005 p. 10).

Durante os anos 1990, houveram poucos investimentos significativos no âmbito habitacional (MOTTA, 2010). A política habitacional foi caracterizada pela alocação das unidades construídas pelos programas populares e alternativos, baseados na autoconstrução, além de que a construção dessas unidades continuou privilegiando os setores populares de renda elevada (AZEVEDO, 2007). Em maio de 1990 foi lançado o Plano de Ação Imediata para a Habitação, o mais importante programa habitacional lançado pelo Governo Collor, o qual tinha como alvo as famílias com renda de 0 a 5 salários mínimos, e possuía como vertentes: “o programa de moradias populares (unidades acabadas), programa de lotes urbanizados (com ou sem cesta básica de materiais) e programa de ação municipal para habitação popular (unidades acabadas e lotes urbanizados)” (AZEVEDO, 2007, p. 20).

Com vistas a dar continuidade às obras iniciadas no governo anterior, durante a gestão de Itamar (1992-1994), foram criados os Programas Habitar Brasil e Morar Município, os quais objetivavam o financiamento de moradias para a população de baixa renda (MOTTA, 2010), mas visavam populações distintas. Enquanto o Programa Habitar Brasil era voltado para os municípios com população superior a 50 mil habitantes, o Morar Município destinava-se aos municípios com menor porte, sendo que ambos possuíam as mesmas características e estavam direcionados às famílias de baixa renda e às que viviam em áreas de risco (AZEVEDO, 2007).

O Governo FHC (1995-2002), por sua vez, registrou sua intervenção na habitação de interesse social por meio dos programas habitacionais: a) “Programa de Conclusão de Empreendimentos Habitacionais”, que buscava viabilizar a comercialização de conjuntos habitacionais; b) o “Programa de Crédito Direto ao Cidadão”, denominados Cred-Mac e Cred-Casa, voltados para famílias com rendimentos de até oito salários mínimos com fins de possibilitar a oferta de crédito para facilitar a aquisição de materiais de construção; c) “Pró-

Moradia” e o “Programa Habitar Brasil”, os quais se propunham “a urbanização de áreas degradadas para fins habitacionais, a regularização fundiária e a produção de lotes urbanizados” (AZEVEDO, 2007, p. 24). Bonduki (2008) afirma que dentre os programas que migraram do governo FHC para o governo Lula está a Carta de Crédito, individual e associativa, além de um programa voltado para o poder público, com foco na urbanização de áreas precárias, o Pró-Moradia.

De acordo com Azevedo (2007), as diversas formas de moradias alternativas existentes caracterizam o cenário de um país que tentou intervir na problemática habitacional, investindo em programas de habitação que por mais de 20 anos alcançaram a classe social menos necessitada. A classe média, ao alimentar tais programas com seu capital, contribui para a exclusão de participação das classes populares que recebiam até três salários mínimos. Esta última classe se configurava como sendo prioridade na intervenção habitacional, o que em teoria era verdade, mas que, por não apresentarem condições econômicas capazes de sustentar os investimentos do setor privado na habitação, acabavam por ser alijados de tal intervenção governamental. Em virtude desse quadro, é possível delinear o agravamento do problema habitacional brasileiro referente ao déficit habitacional e a expansão dos assentamentos precários.

Segundo Ministério das Cidades, os assentamentos precários podem ser caracterizados por diversos aspectos como:

[...] pela irregularidade fundiária e/ou urbanística; pela deficiência da infraestrutura; pela ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; pelos altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações combinados à precariedade construtiva das unidades habitacionais; pelas enormes distâncias percorridas entre a moradia e o trabalho associadas a sistemas de transportes insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; além da insuficiência dos serviços públicos em geral, principalmente os de saneamento, educação e saúde (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b, p. 11).

Cardoso (2008), ao buscar propor metodologias para a construção de uma Política Nacional de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários, com base nas visões de economistas como Mayo e Angel, e Hernando de Soto que argumentaram em debate internacional acerca da proliferação de assentamentos precários e irregulares na América Latina, afirma que:

[...] em função dos constrangimentos macroeconômicos globais (padrão de distribuição da renda, taxa de crescimento da economia, taxa de juros básica etc.), da ausência de financiamento e da limitação da oferta de terrenos, constrangida por uma política urbana (investimentos em infraestrutura)

limitada e por mecanismos especulativos, existe uma forte tendência à contínua reprodução dos assentamentos informais e precários, única alternativa viável de acesso à moradia para amplas camadas da população. (CARDOSO, 2008, p.18).

De acordo com estudos da Fundação João Pinheiro (2013) com base no Censo Demográfico brasileiro de 2010 que calculou o déficit habitacional considerando a soma de domicílios precários (improvisados e rústicos), coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados, o Brasil apresenta um déficit habitacional total de 6,490 milhões de unidades, correspondendo a 12,1% dos domicílios do país, com maior concentração no Sudeste (38%) e Nordeste (30%).

No que diz respeito ao déficit habitacional relativo (comparação entre o déficit habitacional ao total de domicílios da unidade de análise), a região Norte se destaca por apresentar os maiores resultados “20,6% dos domicílios se enquadra em algum critério de déficit e em todas as unidades da Federação o déficit habitacional relativo é maior que o observado para o total do país (12,1%)” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO [FJP], 2013, p. 28).

Referente ao déficit habitacional total e relativo, as capitais brasileiras que apresentam o maior déficit habitacional são: São Paulo (474 mil), Rio de Janeiro (220 mil), Brasília (126 mil), Salvador (106 mil) e Manaus (105 mil unidades). Manaus é a capital que apresenta o pior déficit relativo, com 22,9%. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO [FJP], 2013, p. 48)

Os estudos da FJP demonstraram que o déficit habitacional no Brasil é composto em mais de 70% pela coabitação familiar (43,1%), ônus excessivo com aluguel (30,6%), domicílios precários (19,4%), e adensamento excessivo de domicílios alugados (6,9%).

No que diz respeito à renda das famílias que compõem o déficit, a FJP (2013, p. 39) aponta:

Mais de 70% dos domicílios têm rendimento de até três salários mínimos, o maior percentual do país. Nas regiões Sudeste e Sul, o valor chega a 60%; nas regiões Norte e Centro-Oeste aproximadamente 65% do déficit habitacional afeta domicílios de baixa renda.

Dessa forma, entende-se que o déficit habitacional que se configura por meio das problemáticas apresentadas pela questão habitacional brasileira, não necessita apenas de construção de novas habitações, ou remanejamentos e reassentamentos de famílias que habitam em construções inapropriadas, cortiços, favelas, lotes clandestinos, dentre outros. O déficit também se estende às famílias que necessitam de condições dignas de habitação, como o saneamento básico, que é um dever mínimo do poder público (BONDUKI, 2008).

Na cidade de Manaus (AM), um dos destaques no Censo do IBGE em 2010 por apresentar índices relevantes de déficit habitacional no Brasil, foi caracterizada por meio de

uma pesquisa acerca da vulnerabilidade socioambiental nas regiões metropolitanas brasileiras (DESCHAMPS, 2009) como uma das cidades que apresenta os maiores indicadores de vulnerabilidade social e risco ambiental. Para a autora, “no que se refere às variáveis socioeconômicas, destacam-se os indicadores de insuficiência da renda familiar e de analfabetismo funcional” (op. cit., p. 117). No âmbito das variáveis de risco ambiental, a região metropolitana de Manaus apresentou 23 áreas de alto risco com mais de 60% dos domicílios em condições inadequadas de saneamento, “o que mais chama atenção é a enorme quantidade de condições mínimas de infraestrutura de saneamento por toda a cidade” (op. cit., p. 121).

A partir de tais dados, percebe-se que por detrás de todos os indicadores e pesquisas que apontam Manaus com elevados índices de déficit habitacional e estruturas precárias de habitação que se estendem por toda a cidade, existem inúmeros fatores sociais, econômicos e políticos que contribuem para a manutenção desse cenário não só no Amazonas, mas em todos os estados brasileiros. Com o intuito de reverter esse quadro, é que, por meio da evolução dos programas habitacionais lançados desde a instituição da Habitação de Interesse Social, tem-se buscado atingir principalmente a população de baixa renda carente de habitações.

Tal objetivo vem sendo administrado pelo Ministério das Cidades, criado pelo governo Lula, órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e pela Política Setorial de Habitação (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004). A fim de constituir diretrizes que norteiem sua atuação, o Ministério das Cidades em parceria com o Conselho das Cidades e seu Comitê Técnico de Habitação, elaborou em 2004 a Política Nacional de Habitação, a qual tinha como objetivo tornar viável “(...) as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p. 29). Além disso, tem como principal instrumento o Sistema Nacional de Habitação, que compreende o Subsistema de Habitação de Interesse Social responsável por assegurar a destinação de recursos públicos (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), dentre outros) para subsidiar os setores de baixa renda (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

O mais recente programa habitacional brasileiro consiste no Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009 como uma reação do governo Lula a crise econômica que se instaurava mundialmente e afetava o setor financeiro (CARDOSO, 2013). Programas como “Programa de Subsídio Habitacional”, “Programa Morar Melhor”, “Habitar Brasil-BID”, e “Programa de Aceleração do Crescimento” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010c, p. 49), já

havia precedido o Minha Casa Minha Vida, mas este se tornou o mais importante programa habitacional lançado no governo Lula, tendo continuidade no governo vigente.

O Minha Casa Minha Vida é um programa de habitação de interesse social que tem financiado moradias para famílias com renda de 0 a 10 salários mínimos, e que dentre suas competências visando à função social, atua por meio da geração de empregos e o incentivo às atividades da construção civil (MOTTA, 2010; CARDOSO, 2013). A meta de construções pré-estabelecida pelo programa consistia em um milhão de moradias distribuídas de acordo com as faixas de renda: até 3 salários mínimos, até 6 salários mínimos e até 10 salários mínimos. Para a primeira faixa, a prestação mensal seria de R\$ 25,00 a R\$ 80,00, pagamento este considerado simbólico (CARDOSO, 2013).

A Habitação de Interesse Social surge, portanto, como uma medida de intervenção do governo na questão habitacional brasileira, a partir da deficiente produção de habitações alcançáveis aos setores de baixa renda pela iniciativa privada, além da forte pressão de movimentos populares que evidenciavam a insatisfação com a atuação do Estado na problemática habitacional, a qual afeta, sobretudo, os setores populares que não dispõem dos recursos financeiros necessários para comprar ou construir suas moradias com as condições mínimas de habitabilidade.

A Habitação de Interesse Social apesar de ter emergido a partir do descontentamento em relação à configuração da situação habitacional no Brasil, ainda não conseguiu, após cerca de oitenta anos de seu despontamento, sanar o déficit habitacional brasileiro através de seus programas habitacionais.

Apesar da divulgação de números que apontam para sua atuação, há evidências por todo país do quanto ainda se faz necessário investir na produção de habitações para as populações desfavorecidas. Além disso, cabe observar que a classe social mais necessitada da provisão de moradias não mudou desde a emergência do problema habitacional, o que leva ao questionamento acerca da efetividade dos programas criados para favorecer a aquisição de moradias por tal classe. Além disso, questiona-se o quanto vem sendo investido não somente no fornecimento de habitações, mas na provisão de educação e geração de empregos a fim de que as famílias que constituem essas massas possam sair da categoria de classe necessitada. Com isso, se garantiria que tivessem possibilidades de comprar/construir suas próprias moradias, com condições de habitação dignas e acesso aos recursos públicos básicos para sua sobrevivência. Considerando que a intervenção pública na distribuição de terras e nos valores atribuídos, as mesmas continuam sendo primordiais e progressivamente planejadas por meio das políticas habitacionais.

3 DIALÉTICA INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

Uma das medidas adotadas para a redução da exclusão social no Brasil está na oferta de serviços no âmbito da educação, saúde, saneamento e moradias adequadas por meio de programas assistencialistas promovidos pelas políticas públicas, pois se considera que ao tornar acessíveis estes tipos de serviços básicos, obtêm-se uma amenização da condição de pobreza em que vive uma considerável parte da população (LEMOS, 2003). Nesse sentido, o exercício da Habitação de Interesse Social compõe um dos alvos das políticas públicas que objetivam reduzir os altos índices de exclusão social. Estas se configuram por meio do cenário socioeconômico brasileiro promovendo acesso à casa própria, pois a habitação, mais precisamente o déficit habitacional, insere-se como um dos indicadores que podem evidenciar níveis de exclusão social (STAEVIE, 2009).

Podemos afirmar que as evidências do processo de exclusão no âmbito habitacional podem ser encontradas nas condições precárias em que a população dos excluídos socialmente habitam, pois estas refletem diretamente as condições socioeconômicas a que estão relegadas tais populações e que as inserem nos segmentos excluídos. Conforme aponta Carvalho (2003, p. 17), “a imensa quantidade de excluídos concentram-se de forma cada vez mais explícita nas cidades brasileiras. As favelas, os cortiços são as manifestações mais extremas dessa exclusão”. Isto acontece porque os processos de exclusão social acabam por conduzir as populações vulneráveis socialmente a buscarem suas próprias formas de subsistência por meio de soluções alternativas (TSUGUMI, 2009 *apud* BORBA; LIMA, 2011). No contexto habitacional, identifica-se que seria esta a medida adotada pela população de baixa renda ao recorrer à autoconstrução com infraestrutura precária, moradias em favelas e áreas de risco, além das ocupações irregulares, como modos alternativos de possuir um abrigo.

Wanderley (2001) coloca que, nos anos 1990, os excluídos eram vistos como aqueles que, em razão de vários fatores como urbanização, desigualdade social, má distribuição de renda e outros, se viam impossibilitados de adentrar o mercado, mostrando o conceito de exclusão social ainda fortemente ligado ao desemprego e a pobreza. Com o surgimento de novas pesquisas acerca dessa temática, a exclusão social passou a adquirir novas ênfases, e observou-se que o conceito de exclusão social ia muito além da dimensão econômica. Leal (2008) afirma que esta não pode ser reduzida apenas a privação de acesso a serviços

econômicos, laborais, atendimentos básicos e restrito à desigualdade, mas que também compreende uma exclusão moral e cultural.

Como tentativa de esclarecer as concepções relacionadas à exclusão social e a pobreza, Vêras (2003, p. 102) destaca que:

Há um conceito correlacionado intimamente à exclusão que é o de pobreza; mas esta, hoje, mudou de nome e de forma. Além de ser a privação: de emprego, meios para participar do mercado de consumo, bem-estar, direitos, liberdade, esperança e outros itens necessários à vida digna, a pobreza recebe, hoje, uma dimensão moral, não oferecendo mais alternativa e nem mesmo a possibilidade remota de ascensão social.

Bruto da Costa (2008 *apud* SIMÕES, 2010, p. 9), também busca distinguir pobreza de exclusão social e apontar suas correlações:

Uma distinção interessante centra a pobreza numa abordagem distributiva de cima para baixo e a exclusão social numa abordagem de dentro para fora. Assim, a pobreza preocupar-se-ia com um modelo vertical de distribuição de recursos, oportunidades e motivações, em que os que têm mais estariam no topo e os que têm menos na base do modelo. Já a exclusão centrar-se-ia na força das relações e laços sociais que se estabelecem entre a pessoa-família-sociedade.

Complementando essa ideia, Simões (2010, p. 9) salienta que:

Se analisarmos a pobreza como uma situação de falta de recursos, podemos centrar a exclusão social na relação que é estabelecida e no acesso aos sistemas sociais geradores de rendimento. Por outro lado, se a pobreza for vista como privação de algo que não permita a satisfação de necessidades básicas, a exclusão social traduz a fraca ou inexistente relação que existe com os sistemas sociais que dizem respeito a essas necessidades (alimentação, habitação, educação, etc.).

Ambos os autores concordam que a pobreza e a exclusão social estão relacionadas, mas que a exclusão também implica em outros tipos de manifestação. Vêras (2003), Leal (2008) e Salomoni (2009), com base nas concepções de José de Souza Martins, destacam que a exclusão não pode ser apontada sem a inclusão social, proposta central das políticas públicas e programas assistencialistas, pois a estes excluídos seria relegado um modo de inclusão marginal e precário. Martins (1997 *apud* SALOMONI, 2009) afirma que o modo como as políticas públicas têm buscado incluir as populações excluídas socialmente tem se constituído à sua maneira. Ou seja, promove-se a participação dessas populações nos processos de

inclusão social de modo que estes tenham acesso apenas aos serviços básicos, entretanto de forma que seja conveniente para o Estado e que contribua para a reprodução do capital, sem afetar ou prejudicar este. Cavalcante, Reis e Lira (2011) concordam que deve haver uma reflexão acerca do meio pelo qual atuam as políticas públicas que visam promover o processo de inclusão social e o modo pelo qual fundamentam sua ação, com vistas a tornar possível o acesso dos segmentos excluídos ao sistema de proteção social. A este modo de incluir socialmente denominou-se de inclusão marginal e perversa, constituindo-se formas precárias de inclusão.

Calegare *et al.* (2013) relata que as políticas públicas voltadas para a inclusão/inserção social podem ser consideradas por autores como Sawaia, como políticas que promovem a inclusão marginal ou perversa, pois além de tornar a população alvo de suas ações em vítimas de tais processos, ou até mesmo culpabilizá-las por sua condição, acabam por realizar sua “inclusão” na sociedade de qualquer modo, promovendo uma inserção considerada como marginal.

A dialética inclusão/exclusão poderia ser resumida no modo como uma sociedade exclui alguns segmentos por considerá-los inferiores em virtude da raça, etnia ou gênero, privando-os dos seus principais direitos básicos, e limitando o acesso a estudos e profissionalização, o que poderia lhes fornecer subsídios para sair da condição de pobreza. Mas ao invés disso, após excluí-lo e passado o período de permanência na exclusão, promove a sua inclusão marginal e perversa de acordo com seus próprios preceitos e do modo que lhe convém (VÉRAS, 2003).

No âmbito da Psicologia Social, Sawaia (2001, p.9) coloca a respeito da dialética inclusão/exclusão que esta:

[...] gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência.

Ao se propor a dialogar com a Psicologia Social a respeito desta dialética, Sawaia enfatiza a dimensão sócio-histórica da exclusão social, ao abordá-la a partir de uma dimensão ética-psicossociológica. Assim, a autora atribui à exclusão a qualificação de ético-política ao discuti-la a partir da afetividade. A mesma autora chega à conclusão de que os processos de exclusão/inclusão são geradores de sofrimento psíquico, sendo o principal deles e o mais enfatizado, o sofrimento pelo sentimento de culpa que emerge no indivíduo ao este se sentir

responsável por sua condição, enquanto sujeito que necessita de favores para fazer parte de uma sociedade.

A este sentimento, Sawaia (2001) deu o nome de sofrimento ético-político, atribuindo a este “a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (p. 104). A inclusão perversa, segundo Sawaia (2007 *apud* SALOMONI, 2009), seria geradora de sofrimento psíquico proveniente da conscientização que tais políticas evocam no indivíduo acerca de sua condição social, sofrimento este denominado de ético-político. Dentre os sentimentos decorrentes do sofrimento psíquico que emerge no processo de inclusão perversa estariam a fragilidade, dependência, ruptura dos vínculos sociais, e sensação de inutilidade (SAWAIA, 2001).

Um exemplo de estudo que retrata os sentimentos gerados pelos processos de inclusão/exclusão social pode ser encontrado na obra de Salomoni (2009), que investigou os afetos que emergem da relação inclusão/exclusão social com moradores reassentados de um conjunto habitacional. A autora relata que sentimentos como vergonha e indignação eram frequentes, pois os moradores se sentiam discriminados pelos demais habitantes que residiam no entorno dos conjuntos habitacionais para onde foram reassentados, e que esta situação além de evocar estes sentimentos “lhes atribui culpa pelas possíveis fraturas sociais, ensejando ‘sofrimento ético-político’ que é originado socialmente, imposto por situações que vêm de fora” (p. 96). Ou seja, assim como aponta Sawaia (2001, p. 99), “é o sujeito que sofre porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente”. Esta colocação da autora parece revelar que, ainda que os programas assistencialistas tenham a intenção de promover a inclusão social, a maneira pela qual esta se dá termina por eliciar os sentimentos supracitados, pois promovem uma inclusão precária, sem considerar a subjetividade das populações alvo de tais políticas públicas.

Como podemos observar a partir das considerações não apenas de Sawaia, mas de outros autores que se dedicaram ao estudo da exclusão social, a desmistificação desse conceito, enquanto um processo diretamente relacionado à pobreza, indica que a dialética da inclusão/exclusão social ultrapassa os limites da condição econômica em que se encontram as populações vulneráveis economicamente. Esta adentra outras dimensões da vida dos indivíduos ao atingir não apenas o âmbito social, mas também o cultural, moral e psicológico.

Estando a dimensão psicológica compreendida nos processos de inclusão/exclusão social que visam serem trabalhados pelas políticas públicas, esta área se apresenta como um campo favorável de atuação da Psicologia Social e Comunitária na promoção de programas sociais que considerem a subjetividade dos indivíduos e assim corroborem para uma inclusão

que vise de fato amenizar as desigualdades sociais. Gonçalves (2010) coloca que, quando se desenvolvem políticas públicas para um determinado segmento, e que se considera que todos os indivíduos que o compõe são iguais, sem considerar suas individualidades, há uma contribuição para que a desigualdade seja mantida, assim como as condições que a originam.

A mesma autora aponta ainda que todo sujeito é histórico e, portanto, diferencia-se do outro em sua subjetividade. Dessa forma, ao reconhecer essa característica nas políticas desenvolvidas para o atendimento a essas populações, se estaria contribuindo para que as concepções naturalizadoras, que colocam indivíduo como responsável por suas conquistas e derrotas sejam interrompidas. Além disso, esta mudança colocaria os sujeitos em uma posição de participação ao invés de passividade, uma das principais consequências do processo de inclusão/exclusão das populações excluídas.

A Psicologia poderia contribuir para que, ao serem formuladas políticas públicas para um determinado segmento, seja considerada a vivência subjetiva de seus indivíduos.

É perceptível que, na perspectiva da dialética inclusão/exclusão social, os propósitos visados pelos programas assistencialistas que promovem a inclusão social seriam apenas evitar a emergência de movimentos sociais que reivindiquem os seus direitos como cidadãos garantidos constitucionalmente. Assim as políticas públicas estariam “cumprindo o seu papel” em promover a inclusão social das populações excluídas, da maneira que lhe é conveniente, contudo sem prejudicar o modelo de governo capitalista vigente em nossa sociedade.

A respeito do modelo de atuação das políticas públicas que visam reverter a situação de exclusão em que se encontram as populações vulneráveis economicamente, alguns autores refletem acerca do que foi denominado de exclusão/inclusão social e de que maneira esta última busca reduzir a desigualdade, por meio da promoção de acesso aos principais serviços públicos para a população excluída socialmente, assim como integrá-los a sociedade.

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa pode ser caracterizada como quanti-qualitativa de caráter exploratório-descritivo. Tal configuração da pesquisa se dá em razão de se inserir na classificação de “estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno (...)” (MARKONI; LAKATOS, 2008, p. 71) e que dessa forma tais descrições podem quantitativas e/ou qualitativas. Assim, a pesquisa de campo descritiva envolve os aspectos de “descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente” (BEST, 1972 *apud* MARKONI; LAKATOS, 2008, p. 71). Seu caráter quanti-qualitativo se dá por meio da coleta de dados na fase exploratória de campo (CHIZZOTTI, 2009).

4.2 Participantes da pesquisa e amostra

Participaram da pesquisa 12 moradores de assentamentos precários, residentes na Rua Dr. João de Paula, na Comunidade da Fé I, e que se enquadram nos critérios de participação do programa de habitação de interesse social “Minha Casa Minha Vida e Entidades” no Complexo da Colônia Antônio Aleixo. Os critérios utilizados para a inclusão dos participantes na pesquisa foram: o tempo de residência no Complexo Colônia Antônio Aleixo como sendo igual ou superior a 5 anos; além de residir em assentamento precário considerado como área de risco.

4.3 Instrumentos de pesquisa

Para a obtenção dos dados coletados foi aplicado um formulário com perguntas abertas e fechadas (ANEXO 4) para levantar dados sociodemográficos (identificação, gênero, idade, estado civil, escolaridade, ocupação, renda familiar, composição familiar) e de habitação (condições da habitação, acesso a serviços públicos, situação da moradia). Também se utilizou as técnicas de observação sistemática (ANEXO 5) e assistemática, com registro em diário de campo utilizado para descrever a Comunidade da Fé I e as condições das famílias, além do registro fotográfico para a descrição da Comunidade da Fé I e das casas dos participantes entrevistados.

4.4 Procedimentos

Após a escolha do local da pesquisa, na comunidade da Fé I, mais especificamente na Rua Dr. João de Paula, onde se encontram a maioria dos assentamentos precários, foi obtida aprovação do comitê de ética em pesquisa (ANEXO 1). Em seguida, deu-se início às visitas domiciliares para a aplicação dos formulários. Tais visitas eram feitas pela pesquisadora acompanhada da Assistente Social e um Técnico Administrativo da AMACCAA, pois devido ao local ser considerado uma área com alto índice de marginalidade, foi necessária a adoção de medidas de precaução.

Após a identificação das casas em áreas de risco, era feita a abordagem dos participantes. Nos horários das visitas os participantes comumente estavam realizando alguma atividade doméstica, estavam na casa de algum vizinho ou assistindo televisão. Após a explicação sobre a finalidade da pesquisa e o aceite dos participantes, estes assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 3) e então se dava início a aplicação do formulário. Apenas 2 participantes abordados se recusaram a responder, sendo estes dois idosos.

Os participantes, com exceção de apenas 1, optaram por responder o formulário do lado de fora da casa nos comunicando que ali seria o melhor lugar e nos oferecendo cadeiras e bancos para sentar. Foi necessária a reformulação verbal de algumas perguntas durante o preenchimento do questionário, tendo em vista a dificuldade que alguns participantes tiveram compreender o que estava sendo perguntado. Finalizado o preenchimento do formulário, era solicitada ao participante a autorização para o registro fotográfico de sua residência, não havendo recusa por parte de nenhum participante.

Os dados coletados foram tabulados em uma planilha e os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva, com a apresentação das frequências obtidas. As informações do registro em diário de campo foram utilizadas para a descrição das visitas, caracterização da Comunidade da Fé I e Rua Dr. João de Paula. E os registros fotográficos foram utilizados para ilustrar tanto a descrição da Comunidade da Fé I quanto da Rua Dr. João de Paula e as casas dos participantes.

5 O COMPLEXO COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO

O bairro Colônia Antônio Aleixo, na década de 1920, foi ocupado por trabalhadores provenientes de outros estados, os quais eram conduzidos para o Amazonas a fim de servir como mão-de-obra nos seringais (RIBEIRO FILHO, 2012). Para estes trabalhadores, foram construídos 16 pavilhões os quais posteriormente seriam aproveitados para abrigar os portadores de hanseníase. No fim da década de 1920, o Presidente Getúlio Vargas mobilizado pela proliferação da hanseníase no país, ordenou ao ministro Tancredo Neves que fossem construídos hospitais de isolamento para os portadores de hanseníase no Brasil, com foco nos locais onde houvesse maior proliferação da doença (AMACCAA, 2010). Assim, em 1942 o senhor Antônio Aleixo, a convite e parceria com o Dr. Menandro Tapajós, deram início juntos ao tratamento dos hansenianos que haviam sido deslocados para os pavilhões até então abandonados às margens do Rio Negro por ser uma região isolada (AMACCAA, 2010; RIBEIRO, 2011). Em consideração ao trabalho desenvolvido por Antônio Aleixo, o hospital-colônia passou a ser conhecido como Colônia Antônio Aleixo, local destinado a abrigar portadores de hanseníase provenientes da cidade e região metropolitana de Manaus (RIBEIRO, 2011).

Durante o período de internação, os portadores de hanseníase eram proibidos de deslocar-se para áreas externas ao Complexo, privados do convívio de familiares, e inclusive dos próprios filhos concebidos durante o período de internação, os quais eram retirados das mães logo após o nascimento e destinados a outras famílias. Todas essas medidas tinham o intuito de amenizar a proliferação da doença, pois se acreditava que o isolamento era a melhor maneira de evitar que a hanseníase se espalhasse.

Em 1979, ocorreu a desativação da Colônia Antônio Aleixo enquanto um leprosário, deixando de ser um Hospital-Colônia para ser transformado em bairro, semelhante ao que ocorreu com as demais unidades de isolamento que haviam no Brasil (ALVES, 2011). A partir de então a área passou a ser habitada inicialmente pelos hansenianos e seus parentes, e posteriormente pela população em geral que para lá se deslocava.

5.1 Características geográficas

Hoje o Complexo Colônia Antônio Aleixo está localizado na Zona Leste de Manaus, possuindo uma extensão de 1.147,84 ha, às margens do Rio Negro, com a parte sul do bairro

defronte para o Encontro das Águas, e banhado pelo Lago do Aleixo (Figura 01) nas partes Norte e Leste (MONTEIRO, 2000 *apud* ALVES; OLIVEIRA, 2011). De acordo com os dados obtidos por Ribeiro Filho (2012), o Lago do Aleixo possui cerca de 4.800 metros de comprimento por 1.000 metros de largura e se encontra a 20 km do Porto de Manaus localizado no Centro da cidade. Ainda segundo o autor, o Lago do Aleixo foi tombado pelo Instituto Patrimonial, Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, considerando sua proximidade com o Encontro das Águas em seu processo de tombamento. Dessa forma, o Complexo tem como principais vias de acesso a Alameda Cosme Ferreira (estrada do Aleixo) e o acesso por meio da via fluvial.



Figura 1 - Imagem de satélite do Complexo Colônia Antônio Aleixo
FONTE: Google Earth.

5.2 Demografia

Com a abertura oficial do bairro, deu-se início ao plano de distribuição de terrenos na área tendo como prioridade os moradores que já residiam no bairro antes da desativação, e apesar dessa distribuição, a área permanece sob o domínio da Secretaria Patrimônio da União (ALVES, 2011). Além destes que já se encontravam no bairro, vieram também pessoas oriundas do interior do Amazonas que buscavam terras nos âmbitos do Complexo (*op. cit.*), o que contribuiu para um aumento considerável da população no bairro. De acordo com dados secundários acerca dos indicadores populacionais no Amazonas obtidos por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Colônia Antônio Aleixo em 2010 possuía uma população de 16.602 pessoas, ocupando o 35º lugar no ranking dos bairros mais populosos de

Manaus (IBGE, 2010). Entretanto, fontes como Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental do Terminal Portuário das Lajes de 2009, afirmam que na época o bairro já possuía mais de 30.000 habitantes (EIA/RIMA, 2009 *apud* RIBEIRO, 2011).

5.3 Estrutura física

Na grande área territorial e florestal, margeada pelo lago do Aleixo inúmeras famílias começaram a se instalar dentro e ao redor do bairro. Devido ao considerável aumento populacional, o bairro foi dividido em oito comunidades: Fé I, Fé II, Onze de Maio, Nova Esperança, Colônia Antônio Aleixo, Conjunto Guilherme Alexandre (Morro), Planalto e Buritizal (Figura 02).



Figura 2 - Imagem de satélite com a distribuição das comunidades no Complexo
 FONTE: Google Earth.

Alves (2011, p. 3), explica de maneira mais clara como se deu a formação de algumas dessas comunidades:

A Comunidade da Colônia – faz referência ao núcleo inicial de povoamento da região do lago do Aleixo, onde se situava os pavilhões e toda a estrutura administrativa do Hospital Colônia. A Comunidade Nova Esperança foi resultante de processo de invasão na área que pertencia aos funcionários da Colônia. A Comunidade Onze de Maio foi ocupada pelos parentes dos internos da Colônia, quando esta foi declarada aberta e tornou-se, paulatinamente, bairro de Manaus. De ocupação mais recente as Comunidades da Fé II e da Fé I (ou do Buritizal). O Conjunto Guilherme Alexandre – construído com verbas provenientes da Holanda.

A divisão do bairro em comunidades é conhecida popularmente pelos moradores. Apesar de não se tratar de uma divisão oficial, as comunidades surgiram à medida que o bairro foi ocupado por novos moradores.

5.4 Serviços

O Complexo Colônia Antônio Aleixo dispõe de uma rede considerável de serviços básicos para atender aos seus moradores, especialmente na área da saúde, tendo em vista a grande necessidade de atendimento para os hansenianos do bairro e a longa distância deste em relação aos locais de que dispõe dos principais serviços na cidade de Manaus.

5.4.1 Saúde

Na área da saúde, o Complexo conta com os seguintes serviços:



Figura 3 - UBS Nova Esperança
FONTE: Arquivos Pessoais.

- Unidade Básica de Saúde (UBS).

No Complexo existem três Unidades Básicas de Saúde localizadas no Conjunto Guilherme Alexandre, na Comunidade Nova Esperança (Figura 03) e na Comunidade Onze de Maio;

- **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU):** O SAMU (Figura 04) atua como suporte para as demais Unidades de Saúde presentes no bairro e está presente na área há mais de 15 anos;



Figura 4 - Serviço Móvel de Urgência da Colônia Antônio Aleixo
FONTE: Arquivos pessoais.

- **Policlínica:** A Policlínica Antônio Aleixo está localizada na Praça Tancredo Neves (Figura 05) e disponibiliza atendimentos médicos em diversas especialidades tanto aos moradores do bairro quanto aos pacientes que são encaminhados de outras áreas da cidade, principalmente da Zona Leste;



Figura 5 - Policlínica Antônio Aleixo
FONTE: Arquivos pessoais.

-**Hospital e Maternidade/ Serviço de Pronto Atendimento (SPA):** O Hospital e Maternidade Chapot Prevost (Figura 06) está localizado Comunidade da Fé I. Com a finalidade de melhorar o atendimento no local, o Hospital foi ampliado e reestruturado passando a funcionar juntamente com um SPA (Figura 07) inaugurado em 2009, e um prédio anexo exclusivo para a Maternidade. Os serviços disponibilizados também se estendem a pacientes e gestantes de toda cidade;



Figura 6 - Hospital e Maternidade Chapot Prevost
FONTE: Arquivos pessoais.



Figura 7 - Serviço de Pronto Atendimento
FONTE: Arquivos pessoais.

- **Centro de Reabilitação:** O Centro de Reabilitação (Figura 08) Colônia Antônio Aleixo conta com uma rede especializada de profissionais que atuam no tratamento fisioterápico, consultas médicas e outros atendimentos, além do tratamento de úlceras plantares para pacientes da capital e do interior do estado, inclusive no fornecimento de transporte especial para aqueles que apresentam dificuldades para chegar ao local;



Figura 8 - Centro de Reabilitação Colônia Antônio Aleixo
FONTE: Arquivos pessoais.

- **Hospital Geral:** O Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha (Figura 09) é a unidade médica mais antiga do bairro, tendo iniciado suas atividades em 1942 para fornecer tratamento aos portadores de hanseníase que foram exilados no bairro. Hoje o hospital atende tanto os pacientes hansenianos, quanto alguns pacientes moradores do bairro que necessitam de atendimento clínico. Seu grande diferencial se encontra no fornecimento de curativos especiais para os portadores de hanseníase, sendo este serviço considerado como referência na área.



Figura 9 - Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha
FONTE: Arquivos pessoais.

5.4.2 Educação

No âmbito da educação, o bairro dispõe de onze escolas sendo sete escolas municipais, duas escolas estaduais, uma escola particular e uma escola beneficente. Dentre essas escolas algumas oferecem mais de um nível de ensino, dessa forma, quatro escolas fornecem educação de nível infantil, sete escolas oferecem Ensino Fundamental, uma escola oferta Ensino Médio, e uma escola dispõe da Educação para Jovens e Adultos (EJA). Tendo em vista a presença de apenas uma escola que ofereça o Ensino Médio regular em dois turnos, muitos jovens do bairro que buscam adentrar neste nível de ensino acabam indo estudar em escolas fora do bairro, sendo a procura maior pelas escolas do centro da cidade.

5.4.3 Segurança



Figura 10 - 28º Distrito Integrado de Polícia (DIP)
FONTE: Arquivos pessoais.

No que diz respeito à Segurança, o Complexo possui o 28º Distrito Integrado de Polícia (DIP) localizado na Praça Tancredo Neves (Figura 10). O 28º DIP foi inaugurado em dezembro de 2013, onde funcionava a antiga delegacia, o 17º DIP.

O atual prédio do 28º DIP conta hoje com uma variedade de serviços comunitários prestados à comunidade, além de ter capacidade para atender a demanda de serviços do Ronda no Bairro, que agora atua no local.

5.4.4 Esporte e Lazer



Figura 11 - Praça Tancredo Neves
FONTE: AMACCAA, 2010.

Em relação ao esporte e lazer, a Colônia Antônio Aleixo possui alguns locais no bairro que são destinados a esta finalidade. O Complexo possui cinco campos e três quadras de futsal, os quais são utilizados pelos moradores tanto para práticas desportivas, quanto para a realização de eventos da comunidade. Possui ainda a Praça Tancredo

Neves (Figura 11) na Comunidade da Colônia, a qual é atrativa pela demanda de serviços que lá são disponibilizados.

Outro local de maior visitação principalmente pelos moradores de outros bairros, é a Comunidade Onze de Maio, localizada às margens do Rio Negro e Lago do Aleixo, abrigando flutuantes que atuam como atrações turísticas nos fins de semana.

5.4.5 Transporte Público

Um dos pontos desfavoráveis em relação à localização do bairro consiste no serviço de transporte público, pois este é considerado incipiente por dispor de apenas duas linhas de ônibus, 604 e 085, os quais promovem o deslocamento da população até o centro de Manaus e o Terminal de Integração 5 (T5), respectivamente. A insatisfação com o serviço no bairro já mobilizou lideranças da comunidade que buscaram, por meio de um abaixo assinado, conseguir a mudança da empresa que fornece o serviço de transporte coletivo no local. Tal ação não alcançou o seu principal objetivo, mas gerou algumas mudanças. Ainda assim, os moradores em muitos casos optam por utilizar o serviço clandestino das kombis-lotação e de mototaxistas.

5.4.6 Trabalho

O bairro também conta com a presença de algumas indústrias que se instalaram tanto na área central quanto no entorno do bairro. A grande área verde que se encontra nos arredores do Complexo abriga empresas que vão desde instâncias regionais a multinacionais, as quais geram empregos para muitos moradores da Colônia. A Estrada da Colônia ou do Aleixo, como também é conhecida a Alameda Cosme Ferreira quando já se aproxima do bairro, também possui alguns conjuntos residenciais e sítios, além de muitas áreas que são propriedades particulares de empresários e de algumas empresas. Essas terras não têm sido utilizadas, e por isso a área verde da estrada da Colônia ainda se mantém preservada.

O Complexo possui ainda com uma unidade dos Correios localizada na Comunidade da Fé II.

5.5 Instituições e Lideranças

Grande parte das aquisições em serviços públicos e privados que estão presentes na Colônia se deram em função de reivindicações e conquistas de líderes comunitários que, em

parceria com entidades sociais da comunidade, lutaram e conseguiram que tais serviços estivessem ao alcance dos moradores do bairro.

-Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN): O MORHAN é uma entidade sem fins lucrativos que visa desenvolver o trabalho social e a inserção do portador de hanseníase junto à sociedade, além de trazer esclarecimentos sobre a hanseníase e lutar por políticas públicas de saúde que proporcionem um atendimento diferenciado. Em Manaus o núcleo foi fundado em 1983 e tem como coordenador o Sr. Pedro Borges da Silva, ex-portador de hanseníase, que assumiu a coordenação do núcleo em 2013.

Aquisições na área da saúde como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Policlínica Antônio Aleixo, Serviço de Pronto Atendimento (SPA) e o Centro de Reabilitação Colônia Antônio Aleixo, são alguns ganhos conquistados para a comunidade graças à intervenção do MORHAN que lutou para que estes serviços viessem a beneficiar não apenas o sequelado da hanseníase, mas também as pessoas que residem na comunidade e de outras partes de Manaus.

- Centro Social e Esportivo do Lago do Aleixo (CSELA): O CSELA (Figura 12) foi criado em abril de 1972 por alguns moradores do Lago do Aleixo com o apoio da Igreja Católica representado pelo já falecido Pe. Lodovico Crimella. O CSELA é um centro comunitário que busca por meio de parcerias e projetos fornecer para a comunidade serviços que visem à promoção e benefício de seus moradores. Atualmente é administrado pelo Sr. Edivaldo Barreto e está localizado na Comunidade Onze de Maio. O CSELA possui trabalhos e projetos por todo o Complexo e inclusive no Bela Vista, localizado na margem oposta do Lago do Aleixo.



Figura 12 - Centro Social e Esportivo do Lago do Aleixo (CSELA)

FONTE: Arquivos pessoais.

Dentre os principais projetos do CSELA estão o Espaço Cidadão de Arte e Educação (ECAE) na Comunidade da Colônia, e que lá fornece aulas de reforço, percussão, karatê, informática, além de terem a disposição uma biblioteca e a alimentação.

Outro projeto do CSELA consiste no Nadar para a Vida, o qual foi desenvolvido após um acidente ocorrido no Lago do Aleixo em que cinco crianças que atravessavam o Lago naufragaram, e nenhuma delas sabia nadar, vindo as crianças a óbito com apenas um sobrevivente. O projeto funciona em parceria com uma instituição internacional, e é oferecido para os alunos das escolas presentes no Complexo, e que também conta com a disposição do micro-ônibus no deslocamento dos alunos até o local do projeto, na Comunidade 11 de Maio.

Os demais projetos do CSELA estão voltados para a parceria com a Cozinha Comunitária, o Centro de Referência de Esportes, Unidades Básicas de Saúde, Grupo da Terceira Idade, Escolas do bairro, e demais entidades e instituições presentes da Colônia Antônio Aleixo.

- **Associação Espírita Beneficente Jésus Gonçalves:** Fundada em outubro de 1987, a Associação Espírita (Figura 13) iniciou suas atividades com voluntários espíritas para atender a demanda de hansenianos que haviam sido isolados no bairro. Criou em março de 1993 um Educandário Espírita com o objetivo de fornecer educação básica para os filhos de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. A Associação é presidida pelo Sr. Manoel Pinto Serqueira e está localizada nas proximidades do Conjunto Guilherme Alexandre (Morro).



Figura 13 - Associação Beneficente e Educandário Espírita
 FONTE: Arquivos pessoais.

Tanto a Associação Espírita quanto o Educandário tem como objetivos a oferta de educação e serviços de capacitação e profissionalização para as crianças e adolescentes de baixa renda, com total isenção de custo. A Associação Espírita também possui como projetos a Padaria Escola, Mesa Brasil, além de parceria com instituições como a Fucapi.

-Instituto Transformando Vidas (ITV): O ITV foi inaugurado em novembro de 2012 e está localizado na Rua Dr. João de Paula na Comunidade da Fé I (Figura 14). Trata-se de uma instituição que trabalha com educadores sociais que atuam no fornecimento de aulas de reforço em Português e Matemática, aulas de informática, e de idiomas, como Inglês e Espanhol, além das aulas de prática esportiva coordenada por um Educador Físico, para as crianças que residem na Rua Dr. João de Paula.

O ITV já obteve a declaração de utilidade pública Estadual e tem buscado ainda parcerias com o Estado, Município e instituições privadas para o fornecimento de cursos profissionalizantes para as famílias que lá residem.



Figura 14 - Instituto Transformando Vidas na Rua Dr. João de Paula
FONTE: Arquivos pessoais.

- Clube de Mães Irmã Ruth Moura: O Clube de Mães (Figura 15) foi fundado em 1971, com a finalidade de proporcionar um espaço de convivência para as mulheres, em especial as mães da comunidade, com oportunidades de qualificação por meio de cursos profissionalizantes. Atualmente é presidido pela Sra. Maria Delvani e oferece diversos cursos como: Crochê, Captonê, corte e costura, pinturas em tecido, manicure e outros cursos como os de Auxiliar de Enfermagem e de Corte e Escova, em parceria com outras instituições e entidades presentes no bairro. O Clube de Mães está localizado na Comunidade da Colônia.



Figura 15 - Clube de Mães "Irmã Ruth Moura"
FONTE: Arquivos pessoais.

- Associação de Moradores e Amigos do Complexo Colônia Antônio Aleixo (AMACCAA):



Figura 16 - Associação de Moradores e Amigos do Complexo Colônia Antônio Aleixo
FONTE: Arquivos pessoais.

A AMACCAA (Figura 16) foi fundada em 12 de julho de 1984 e tem como Presidente desde 2009 o Sr. Cleudo Assunção de Souza. A AMACCAA é uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo principal representar a Colônia Antônio Aleixo civil e juridicamente, além de estar à frente de lutas pela melhoria no fornecimento de serviços públicos nas áreas de mobilidade urbana, saúde, meio ambiente, educação, habitação, enfim, busca realizar um trabalho voltado para uma efetiva qualidade de vida e inclusão social dos moradores do Complexo. É composta por uma diretoria e um corpo técnico formado por assessores nas áreas de Projetos, Pedagogia, Comunicação e Administrativo, além de quase mil associados.

A AMACCAA tem desenvolvido por meio de parcerias inúmeros projetos e serviços que vêm beneficiando os moradores do Complexo Colônia Antônio Aleixo. Dentre eles estão, o Banco Comunitário Conquista que visa potencializar a economia social nos comércios da comunidade, por meio da utilização da moeda social “Liberdade” a qual é de uso interno no bairro, e possibilita por meio de seu usufruto o crescimento dos empreendimentos que dela se utilizam. O projeto da economia solidária, proveniente da atuação do Banco Conquista, é oferecido em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e SEBRAE que ofertam cursos de extensão sobre controle financeiro e cooperativismo. Além disso, a AMACCAA possuiu o Bradesco Expresso, um serviço de correspondente bancário para o recebimento boletos, contas, tributos e outros serviços, e funciona nos âmbitos da AMACCAA, com funcionários contratados e pagos por esta.

O Serviço de Abastecimento de Água no bairro também funciona em parte com apoio da AMACCAA, que também fornece suporte a Defesa Civil no projeto do Núcleo de Proteção em Defesa Civil visando identificar as áreas de risco presentes no bairro. Além disso, tem parceria com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) na oferta de cursos profissionalizantes para moradores do bairro e realizado nos âmbitos da AMACCAA; atua em conjunto com a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA) na oferta de serviços socioeducativos para menores infratores de baixa renda que residem na comunidade; e também ajuda o Instituto Transformando Vidas (ITV) ao disponibilizar técnicos para o desenvolvimento de atividades socioeducativas com as crianças que frequentam a instituição.

A AMACCAA também está habilitada junto ao Ministério das Cidades para que exerça a função de organizadora da habitação de interesse social promovida pelo Programa Minha Casa Minha Vida, para as famílias de baixa renda e residentes em áreas de risco no Complexo.

5.6 Condições de moradia no Complexo

Em várias áreas do Complexo podem ser registrados locais de risco onde residências foram construídas, a partir desses processos de ocupações irregulares. De acordo com dados de Ocorrência do Sistema de Defesa Civil e do mapeamento das áreas de risco geológico da zona urbana da cidade de Manaus, ambos obtidos pelo Serviço Geológico do Brasil e Defesa Civil de Manaus, foram identificados os bairros da Zona Leste de Manaus que apresentam as áreas mais vulneráveis e de risco para a população e às edificações que se encontram em suas proximidades. Tais áreas são caracterizadas por estarem sujeitas a processos naturais, vindo a causar danos à integridade física, perda material e patrimonial às pessoas que nesses locais residirem. Grande parte das moradias presentes nas áreas de risco geológico consiste em assentamentos precários e/ou pertencem a famílias de renda.

As áreas de risco são classificadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério das Cidades, que julga os graus de risco mediante os níveis: baixo (R1), médio (R2), alto (R3) e muito alto (R4). Segundo o laudo técnico da Defesa Civil (2014), a Zona Leste de Manaus, com intenso adensamento populacional (média de 6.870 hab.km²), é a zona da cidade que mais apresenta áreas de risco geológico, além de frequentes ocorrências de fenômenos de movimentos de massa e inundações. O bairro Colônia Antônio Aleixo foi identificado com cerca de 4.778 edificações em área de risco, com a presença de edificações classificadas nos níveis R3 e R4. De janeiro a julho de 2014, foram registrados na Colônia 7

alagações, 6 desabamentos e 4 deslizamentos, os quais afetaram as famílias que residiam próximo aos locais dessas ocorrências.

5.7 Comunidade da Fé I

A Comunidade da Fé I é a primeira comunidade do bairro pelo acesso via Alameda Cosme Ferreira. Por ela passa a rua principal do bairro, a Rua Getúlio Vargas, onde estão instalados alguns dos principais serviços públicos do bairro como o Serviço de Pronto Atendimento (SPA), Hospital e Maternidade Chapot Prevost, uma unidade dos Correios (Figura 17) e uma escola da rede estadual de ensino (Figura 18).

Além disso, pelo fato de uma parte da Comunidade da Fé I estar localizada na parte mais alta da Colônia, lá também estão instaladas as torres de transmissão de sinal de operadoras telefônicas e de internet (Figura 19). Na Comunidade da Fé I estão localizadas ainda duas empresas do Pólo de Indústrias (Figura 20) e um dos campos de futebol do bairro.



Figura 17 - Unidade dos Correios
FONTE: Arquivos pessoais.



Figura 18 - Escola Estadual Manuel Antônio de Souza
FONTE: Arquivos pessoais.



Figura 19 – Torres de transmissão de sinal telefônico e de internet para o bairro
FONTE: Arquivos pessoais.



Figura 20 – Indústria do Grupo Sovel
FONTE: Arquivos pessoais.

quanto por residências que apresentam melhor infraestrutura. A presença de casas com boa infraestrutura em uma área de risco, conforme presenciado no local, não era algo que se esperava registrar na área, pelo fato de a mesma não dispor de fácil acesso aos serviços públicos básicos, além de ser um local com grande índice de vulnerabilidade e marginalidade.

Em ambos os casos, as casas estão cercadas por uma grande quantidade de árvores (Figura 23) que não podem ser cortadas em virtude do risco de deslizamento na área, e que dessa forma representam um risco principalmente para as residências mais precárias, pois muitas são de madeira envelhecida e seu alicerce já se encontra cedendo.



Figura 23 - Residências localizadas na Rua Dr. João de Paula
FONTE: Arquivos pessoais.

O deslocamento pelo local é difícil principalmente em dias chuvosos, pois a rua, com exceção da parte inicial, não é asfaltada e existem diversos buracos que se abrem na estrada de barro, os quais se transformam em enormes poças de lama após as chuvas (Figura 24). Também foi observada uma grande quantidade de lixo e capim no local (Figura 25), tornando a rua ainda mais estreita para a passagem de pedestres de e carros (Figura 26).



Figura 24 - Poças de lama na Rua Dr. João de Paula
FONTE: Arquivos pessoais.



Figura 25 - Trecho da Rua Dr. João de Paula
FONTE: Arquivos pessoais



Figura 26 - Carros trafegando na Rua Dr. João de Paula
FONTE: Arquivos pessoais.

Na Rua Dr. João de Paula em sua porção mais interna, foram observados poucos comércios, apenas três, e um bar. Além da rua que dá acesso a entrada principal da Rua Dr. João de Paula, foi observado também a existência de outra rua, a Rua Progresso (Figura 27) que dá acesso as demais ruas da Comunidade da Fé I, e no lado oposto a ela, um atalho no barranco (Figura 28) utilizado pelos moradores para chegar a Rua Senador João Bosco na Comunidade da Fé II.



Figura 27 - Rua Progresso
FONTE: Arquivos pessoais.



Figura 28 - Atalho utilizado pelos moradores
FONTE: Arquivos pessoais.

Próximo ao final da Rua Dr. João de Paula, a qual se encerra com algumas casas e muitas árvores sem acesso a nenhuma outra parte do bairro, encontram-se as duas únicas instituições presentes na área, sendo uma Igreja Evangélica que está em construção de sua nova sede (Figura 29), pois a primeira teve de ser abandonada tendo em vista as rachaduras em sua estrutura e o risco de deslizamento (Figura 30), e o Instituto Transformando Vidas (ITV).



Figura 29 - Sede em construção da Igreja Evangélica
FONTE: Arquivos pessoais



Figura 30 – Antiga sede da igreja abandonada
FONTE: Arquivos pessoais

6 PERFIL DAS FAMÍLIAS CANDIDATAS AO PROGRAMA

6.1 Perfil socioeconômico

Dos participantes que responderam o formulário, sendo um total de 12, 10 participantes eram do sexo feminino e 02 participantes do sexo masculino, com idades que variavam de 19 a 57 anos de idade. Conforme exposto no Gráfico 01, a distribuição dos participantes de acordo com a faixa etária se deu de maneira uniforme demonstrando a presença de pessoas de todas as idades, sendo que, os 02 participantes que eram do sexo masculino possuíam idade superior a 51 anos.

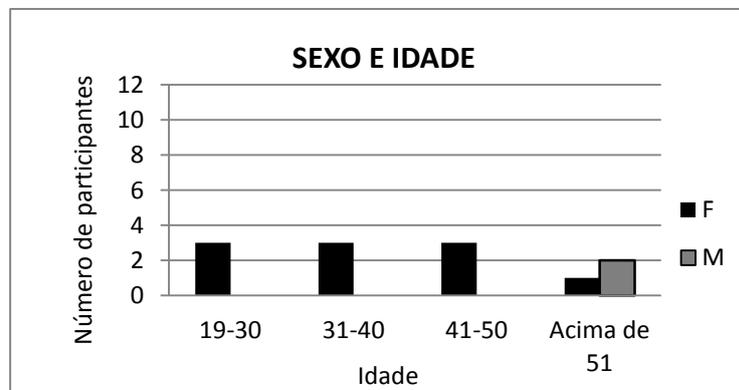


Gráfico 1 - Distribuição de participantes de acordo com sexo e idade
FONTE: Entrevista com os participantes.

O local de nascimento dos entrevistados foi variado, visto que havia nascidos na capital, no interior do estado e fora do estado (Gráfico 02). Dos 12 participantes, 06 nasceram na cidade de Manaus, 05 são do interior do Amazonas nascidos em cidades como Aramã, Carauari, Coari e Itacoatiara, e apenas 01 é proveniente de outro estado, sendo originário da cidade de Alenquer-PA.

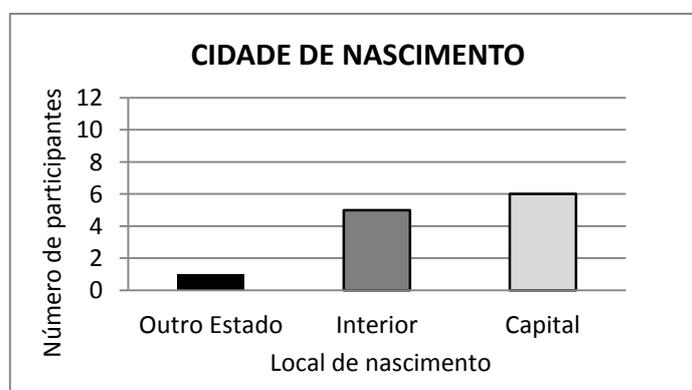


Gráfico 2 - Distribuição de participantes por local de nascimento
FONTE: Entrevista com os participantes.

O estado civil dos participantes também foi diversificado, pois 08 participantes possuem um(a) companheiro(a) estando dentre estes 02 participantes casados no civil e 06 participantes que convivem matrimonialmente, mas não oficializados e classificados como união estável. Os demais se distribuem entre 01 participante separado e 03 solteiros, conforme o Gráfico 03.

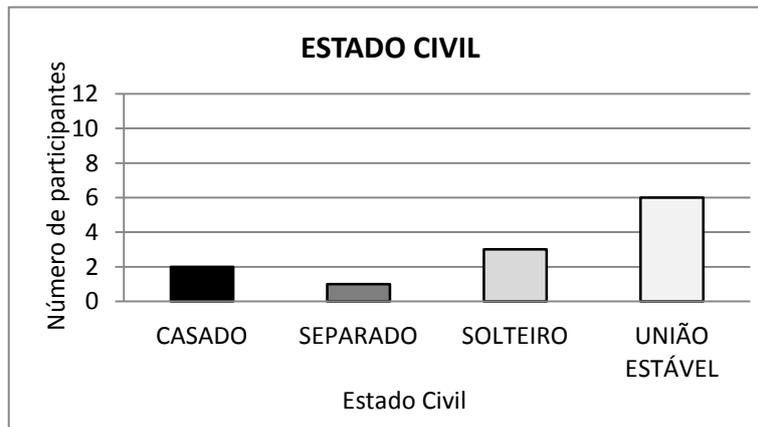


Gráfico 3 - Distribuição de participantes de acordo com o estado civil
FONTE: Entrevista com os participantes.

Acerca do número de filhos por participante, apenas 01 não possui filhos e os demais participantes tinham filhos que variavam em quantidade, indo de 01 até 11, mas 09 participantes possuem pelo menos 04 filhos (Gráfico 04). Quando perguntados acerca da quantidade de filhos, alguns participantes afirmavam que nem todos moravam com eles, apenas 03 disseram estar ainda com todos os filhos e, um dos participantes que afirmou não morar com todos disse estar ainda com 08 filhos.

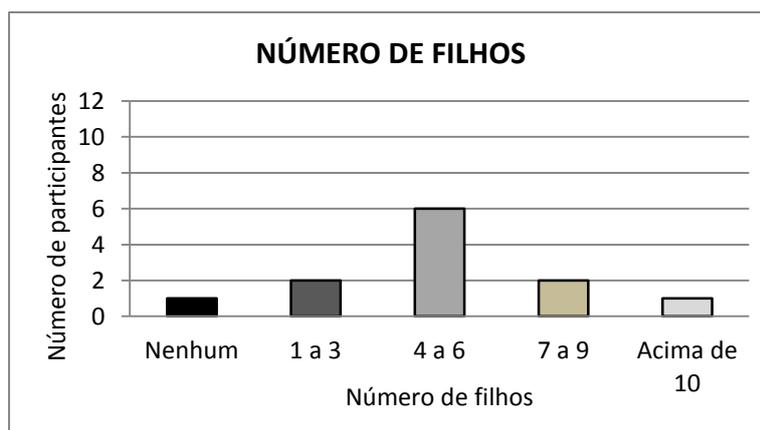


Gráfico 4 - Distribuição de participantes de acordo com a quantidade de filhos
FONTE: Entrevista com os participantes.

O nível de escolaridade registrado entre os participantes foi desde o analfabetismo até o ensino médio incompleto. A maior frequência foi a de ensino fundamental incompleto, com

registro de 09 participantes, seguida pelo analfabetismo com registro de 02 participantes, e apenas 01 participante do sexo feminino havia interrompido o ensino médio, estando este incompleto (Gráfico 05). Alguns participantes quando convidados a responderem o formulário hesitavam no início por suporem que o mesmo seria preenchido manualmente, e por conta disso durante a abordagem dos participantes era necessário esclarecer que o formulário seria preenchido pelas pesquisadoras. Uma das participantes, apesar de ser analfabeta, sabia escrever o seu nome e esclareceu: “*Eu nunca estudei. Eu aprendi em casa mesmo (sobre saber escrever o próprio nome), porque pra onde eu ia eu botava o dedo, e eu disse: eu tenho que aprender a assinar meu nome*” (W.M.P., 42 anos).

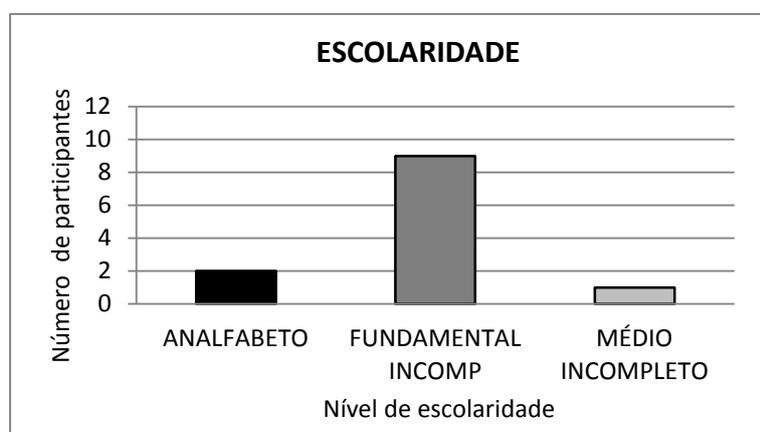


Gráfico 5 - Distribuição de participantes de acordo com o nível de escolaridade

FONTE: Entrevista com os participantes.

A baixa escolaridade entre populações alvo das políticas públicas é muito comum, visto que essas camadas pela falta de acesso à educação básica, um dos pilares que servem de base para a emancipação e autonomia dos indivíduos, terminam relegadas à falta de capacitação e qualificação profissional, impedindo dessa maneira sua inclusão no mercado de trabalho. Conseqüentemente, estes indivíduos pela falta de renda acabam buscando formas alternativas de sobrevivência e dependentes de programas assistencialistas.

Com relação ao principal trabalho ou ocupação como fonte de renda dos participantes, não foi registrado nenhum participante que trabalhasse de carteira assinada e suas ocupações se distribuíam em autônomo e manicure, além dos 04 participantes que recebiam apenas o Bolsa Família e de outros 04 que não tinham nenhuma fonte de renda pessoal (Gráfico 06).

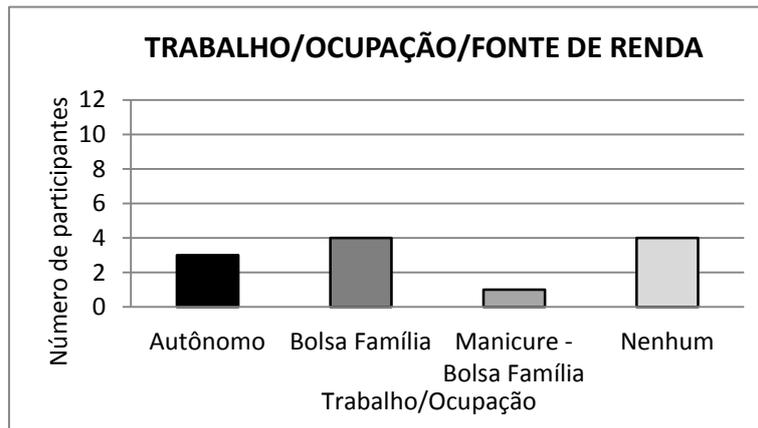


Gráfico 6 - Distribuição de participantes de acordo com o trabalho/ocupação

FONTE: Entrevista com os participantes.

Dos 03 participantes que trabalham como autônomos, 01 é do sexo masculino e realiza diárias de serviços como pedreiro, e das outras 02 participantes do sexo feminino, uma vende artesanatos a partir de materiais reciclados e a outra trabalha com crochê. Esta última acerca do seu trabalho afirma:

Meu bico só é o crochê mesmo que às vezes eu vendo, às vezes não vendo. Tem os palhacinhos que eu vendo, mas não chega nem a R\$ 100,00 porque aqui quando eu vou vender o pessoal querem dar baratinho. O que eu faço às vezes pra fora ganha mais, mas eu não posso sair daqui porque eu tenho filho pequeno (A.F., 33 anos).

Dentre os participantes que afirmaram não possuir nenhum tipo de renda pessoal, 01 é do sexo masculino e declarou que por problemas de saúde está impossibilitado de trabalhar: “Trabalhava quando eu tava de saúde, que agora eu já tô mais de anos. Eu era pedreiro, carpinteiro. Não recebo nada (sobre receber algum outro benefício)” (R.S.N, 54 anos). Os 04 participantes que não possuem renda destacaram a impossibilidade de se cadastrarem o para receber o Bolsa Família, benefício social criado com a finalidade de tirar uma significativa parcela da população brasileira da situação de pobreza extrema. Dentre eles, 01 participante não pôde se cadastrar por não possuir o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e 02 participantes tiveram o benefício cancelado em virtude da desistência escolar de um dos filhos: “Eu tava recebendo o Bolsa Família, mas foi cancelado porque essa daqui (filha de 12 anos) saiu do colégio. Ela engravidou e parou de estudar” (A.S.S., 38 anos); “Recebia da Bolsa Família. Foi cortado porque a menina de 15 anos não queria estudar, aí por uma paga todas” (M.S.S., 48 anos).

Dentre os participantes que possuem ou não uma fonte renda, todos afirmaram que a renda familiar total mensal não alcança o valor de 01 salário mínimo, e conforme os critérios

de inclusão para participação no programa Minha Casa Minha Vida que estabelece a faixa de 0 a 03 salários mínimos, todos os participantes se enquadram neste critério.

Tomando-se os itens dos dados socioeconômicos apresentados, é possível observar que a amostra dos participantes elegíveis a participar do programa de habitação de interesse social é composta em sua maioria por indivíduos do sexo feminino, as quais não foram caracterizadas como sendo ou não chefes de família, conforme pré-requisito do programa; apenas metade dos participantes nasceu na capital, o que aponta para um êxodo dos demais participantes provenientes do interior e de fora do Amazonas, além de uma média de cinco filhos por participante. A alta frequência de filhos registrada entre os participantes da pesquisa, também é uma variável em destaque no que diz respeito à vulnerabilidade demográfica na cidade de Manaus, somada à insuficiência renda e analfabetismo funcional no que diz respeito às variáveis socioeconômicas (DESCHAMPS, 2009).

Além da baixa escolaridade dos entrevistados, a grande quantidade de filhos pode ser um fator de impedimento para que os participantes do sexo feminino possam exercer atividades ocupacionais externas. Já os participantes do sexo masculino pela idade avançada, falta de qualificação e não conclusão da educação básica, se veem impossibilitados de obterem uma oportunidade no mercado de trabalho, culminando com a prática de trabalhos precários e procura pelo recebimento de benefícios sociais disponibilizados pelo governo, conforme observado em ambos os casos. Esta realidade é comum em grupos formados por pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e que residem em áreas irregulares e locais de risco, conforme aponta Assad (2005) acerca das populações que compõe grupos residentes em invasões na cidade de Manaus:

Ocorre que a grande maioria dessas populações tem baixo nível escolar e pouca ou nenhuma qualificação profissional, aliado aos problemas macroeconômicos que abalaram a economia nacional e global. Essa combinação aliada a outros fatores (ausência de políticas públicas, ascensão da política econômica neoliberal etc.) fez com que milhares de pessoas se vissem sem nenhuma perspectiva com relação a prover o seu próprio sustento. (p. 11)

Considerando esta dimensão socioeconômica podemos afirmar que tais participantes se encontram não apenas em situação de desemprego por estarem fora do mercado de trabalho em virtude da baixa escolaridade e falta de qualificação, e de pobreza por suas famílias sobreviverem com menos de um salário mínimo por mês, mas se encontram também em situação de exclusão social. Durante muitos anos a situação de pobreza esteve relacionada ao conceito de exclusão social de maneira incorreta, visto que hoje a exclusão social assume

dimensões que vão além da dimensão econômica. Entretanto, conforme aponta Campos (2013), há casos em que a situação de pobreza culmina com a privação dos indivíduos no acesso aos recursos disponíveis para a sociedade e que implicam o exercício da cidadania, obtendo assim uma realidade caracterizada pelo:

[...] nível baixo de escolarização (a taxa de analfabetismo é significativa e a maioria da população tem apenas um grau de escolaridade menor ou igual ao obrigatório); nível alto de desemprego; há uma privação econômica – que remete para a noção de pobreza no sentido de privação gerada por falta de recursos materiais, que é um dos principais fatores de exclusão. (CAMPOS, 2013, p. 83)

Dessa forma, esses participantes se enquadram em níveis de exclusão social não apenas pelo fato de se encontrarem em situação de pobreza, mas por estarem privados do acesso às oportunidades, observado aqui como sendo inicialmente a educação básica e o emprego, os quais poderiam garantir a estes indivíduos a conquista de uma qualidade de vida, e nesse caso, conforme destaca Guerra (2012, p. 92), “os excluídos serão, em última instância, os que não têm direito a um rendimento, a um trabalho, a uma atividade econômica, à educação, à formação, à saúde, à habitação e à igualdade de oportunidades”. Autores como Adulis e Fisher (1998) concordam que quando se fala em exclusão social, remete-se à privação de direitos e acesso às formas mais básicas de suprir necessidades humanas, como ter um emprego, uma moradia, educação, saúde, participação nas leis e processos que envolvem decisões sobre a cidade e o meio em que o indivíduo está inserido.

Estas camadas pobres e desempregadas recorrem então aos benefícios sociais, como identificado dentre os participantes o principal deles o Bolsa Família, que por meio da transferência de renda para estes indivíduos não tem sido suficiente para suprir a alta demanda destas famílias, mas ainda é o recurso que têm mantido milhões de famílias brasileiras e que, ao invés de incluir conforme aponta a sua política, promove ainda mais sua exclusão (SPOSATI, 2006 *apud* REIS; LAPA; CHAVES, 2010). Somado a isso, a baixa renda da população pobre e desempregada acentua ainda mais a dificuldade de acesso destas camadas a aquisição de moradias dignas, não havendo outro meio que não seja através dos programas de habitação, o que enfatiza ainda mais a importância da atuação do Estado na provisão de habitações.

6.2 Moradia

Apesar da metade dos participantes terem nascido na capital, apenas 01 mora no bairro desde o nascimento e os demais participantes já haviam residido em outros bairros de Manaus, vindo a morar no Complexo posteriormente. O tempo que estes participantes já moram na Rua Dr. João de Paula variou de 01 a 30 anos, conforme o Gráfico 07, o qual demonstra que existe uma predominância de participantes que já moram no bairro há mais de 16 anos, sendo 06 participantes.



Gráfico 7 - Distribuição de participantes de acordo com o tempo de comunidade

FONTE: Entrevista com os participantes.

Do total de participantes, registrou-se 05 que já moram na comunidade e na Rua Dr. João de Paula há mais de 16 anos, e 03 participantes afirmaram terem residido em outras partes do bairro antes de se mudarem para a Rua Dr. João de Paula, dentre eles A.S.S, 38 anos: *“Moro aqui na área há uns três anos. Na Colônia eu tenho mais de vinte anos. Aqui é deles aqui (casa ao lado). Vim pra cá cuidar da mãe dele (sogra), aí ela chegou a falecer e nós ficamos aqui mesmo. Por isso que ela (casa) tá pra cair”*. Os outros 02 participantes que já residiram em outras comunidades do bairro, mudaram-se para a Rua Dr. João de Paula há menos de 05 anos.

Houveram 10 participantes que afirmaram morar com filhos e agregados, além do companheiro nos casos em que o participante é casado ou vive em união estável, com exceção de 01 participante que afirmou não estar morando com o companheiro em razão da localização do trabalho do mesmo. Foi registrado apenas 01 participante que vive somente com o companheiro e apenas 01 participante que mora somente com os filhos (Gráfico 08).

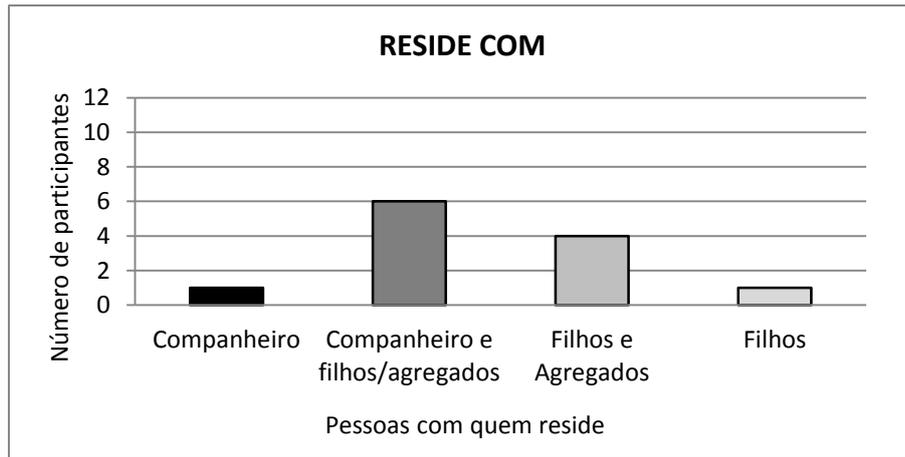


Gráfico 8 - Distribuição de participantes de acordo com as pessoas com quem reside
 FONTE: Entrevista com os participantes.

Identificou-se durante coleta de dados a presença de mais de uma família residindo na mesma casa, pois os pais tendem a ceder algum cômodo da residência para que os filhos possam morar com seus parceiros, ou então estes auxiliam na construção de suas casas que normalmente ficam nas proximidades ou no mesmo terreno onde moram os pais. Esta prática poderia explicar a alta frequência de participantes que residem com agregados, além do companheiro e/ou filhos. Segundo dados da FJP (2013) somente a coabitação familiar, que se refere às famílias secundárias que residem na mesma casa e que possuem intenção de adquirir uma moradia própria, foi responsável por cerca de 70% do déficit habitacional brasileiro de acordo com o censo demográfico de 2010. Os estados que mais alcançaram destaque neste componente do déficit foram o Amazonas e o Amapá, sendo que no Amazonas a coabitação familiar representa metade do seu déficit habitacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Dessa forma, a quantidade de pessoas que moram na mesma residência que cada participante variou de 02 a 09 habitantes, sendo que dos 12 participantes, 05 moram com 04 a 06 pessoas na mesma residência, e 03 residem com pelo menos 07 habitantes, conforme aponta o Gráfico 09.

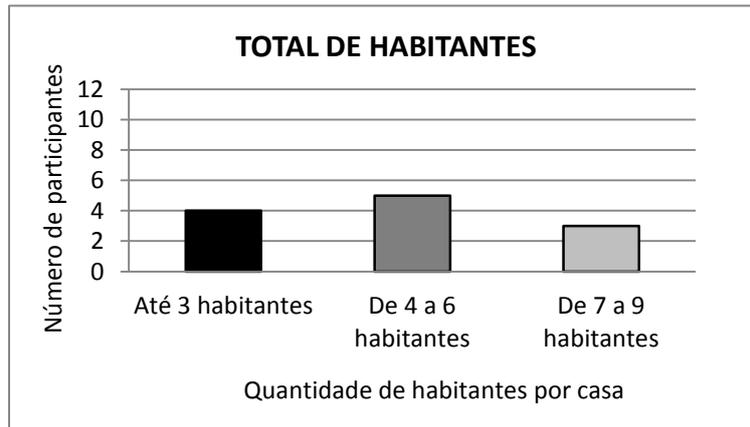


Gráfico 9 - Distribuição de participantes de acordo com o total de habitantes por casa

FONTE: Entrevista com os participantes.

Os tipos de casas dos participantes variavam entre madeira e alvenaria. Dos 12 participantes, 08 residem em casas de alvenaria, 04 residem em casas de madeira e todas as casas estão assentadas em barranco, conforme as Figuras 31 e 32:



Figura 31 - Casa da participante L.S.V
FONTE: Arquivos pessoais.



Figura 32 - Casa do participante R.S.N.
FONTE: Arquivos pessoais.

Independente do tipo de casa em que residem os participantes, a característica principal a ser observada entre elas é a precariedade destes assentamentos. Além disso, somente a localização dessas casas em barrancos, considerados como área de risco em virtude de deslizamentos, já permite classificar as casas dos participantes como assentamentos precários. Uma das categorias destes assentamentos é composta por habitações inadequadas para moradia por apresentarem riscos para os seus moradores em virtude de sua localização resultado da “ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de

risco”. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b, p. 11) Além de serem habitados por famílias de baixa renda, os assentamentos precários também são caracterizados pela:

[...] precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações, tais como: irregularidade fundiária; ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos; adensamento excessivo, insalubridade e deficiências construtivas da unidade habitacional. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010d, p. 9)

Segundo Bonduki (2008, p.87) “a terra urbanizada, provida de serviços, equipamentos e infraestrutura, tornou-se cada vez mais cara, levando os que não tinham recursos a lugares cada vez mais distantes, precários e perigosos e à ocupação irregular”. Por esse motivo não é de se surpreender que estas famílias tenham erguido suas residências em áreas de risco, já que falta de terra urbanizada e acessível para compra por parte não apenas dessas famílias, mas das classes desfavorecidas, pode ser identificada como um dos pontos que merecem atenção quando se trata de amenizar o problema habitacional brasileiro. Um dos reflexos da dificuldade na aquisição de terras é a exposição dos moradores que arriscam suas vidas para ter um local para morar, e “na maior parte das vezes são os locais de maior declividade, as mais insalubres, ect., [...] que apresentam maiores problemas de enchentes, de desabamentos, e que deixam seus moradores expostos ao risco de perder seu barraco, quando não sua vida”. (RODRIGUES, 1991, p. 39)

As casas dos participantes possuem de 01 a 04 compartimentos, porém 06 participantes residem em casas com apenas 02 compartimentos, e 04 participantes tem apenas 01 compartimento em suas residências (Gráfico 10). Se for comparada a quantidade de habitantes e a quantidade de compartimentos em cada casa, obtêm-se 05 participantes residindo em moradias com cerca de 3,1 a 6 habitantes por compartimentos (Gráfico 11).

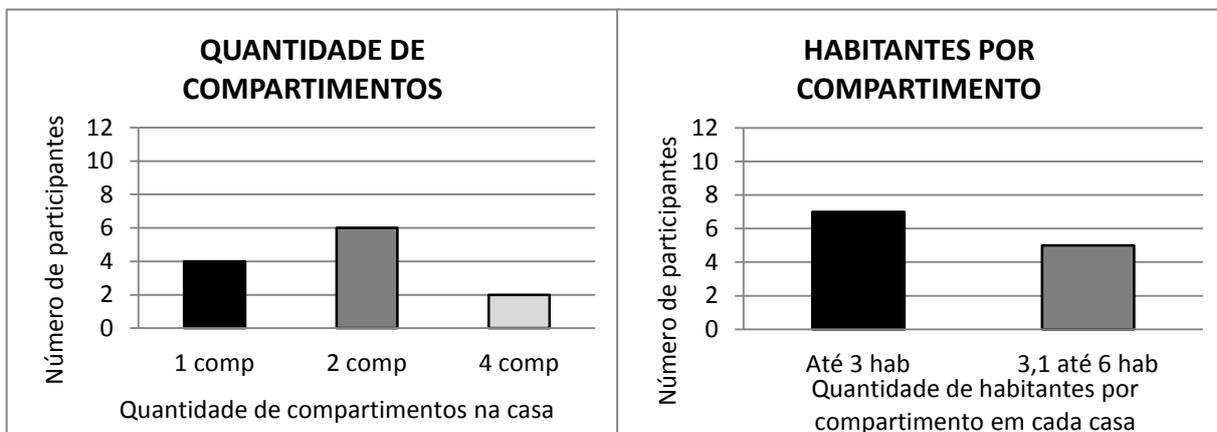


Gráfico 10 - Distribuição de participantes por compartimentos das casas

FONTE: Entrevista com os participantes.

Gráfico 11 – Habitantes por compartimentos das casas FONTE com os participantes.

De acordo com os gráficos acima, seria possível afirmar 05 participantes estão com adensamento excessivo em suas residências. Este adensamento é determinado pela quantidade de habitantes por dormitório, sendo que deve ser superior a três, e desde o ano de 2008 é considerado na composição da inadequação de domicílios (FJP, 2013). O estado do Amazonas apresentou 79.210 domicílios próprios com adensamento excessivo de acordo com o censo demográfico de 2010, e o Brasil soma a presença de 1.583,763, representando 3,2% do déficit habitacional (FJP, 2013).

Foi informada também pelos participantes a forma de aquisição da casa, se a mesma havia sido emprestada, cedida ou própria (Gráfico 12). Nenhuma das casas foi comprada, e 06 participantes residem em moradias emprestadas ou cedidas por familiares como pais, filhos, sogra e até mesmo vizinhos. Em apenas 01 registro a casa foi cedida temporariamente e estava sendo mantida com aluguel social, pois a residência da participante havia desabado durante um deslizamento ocorrido no barranco da Rua Dr. João de Paula: *“Tá cada vez mais difícil, porque daqui a uns dias a mulher vai precisar da casa. E aí pra onde eu vou né?”* (D.C.M., 57 anos).

Os outros 06 participantes residem em casa própria, com apenas 01 registro em que a casa foi trocada, e as outras 05 foram construídas pelos próprios participantes e familiares, conforme afirma o participante R.S.N., 54 anos:

Eu construí, foi da época em que eu trabalhei empregado, trabalhei pouco tempo empregado. Aí eu comecei a trabalhar por minha conta própria mesmo. Comecei a aprender a fazer as coisas. Aí eu já trabalhava pros outros fazendo casa, e o dinheiro que eu ia pegando ia comprando material. E construindo por nós mesmo.

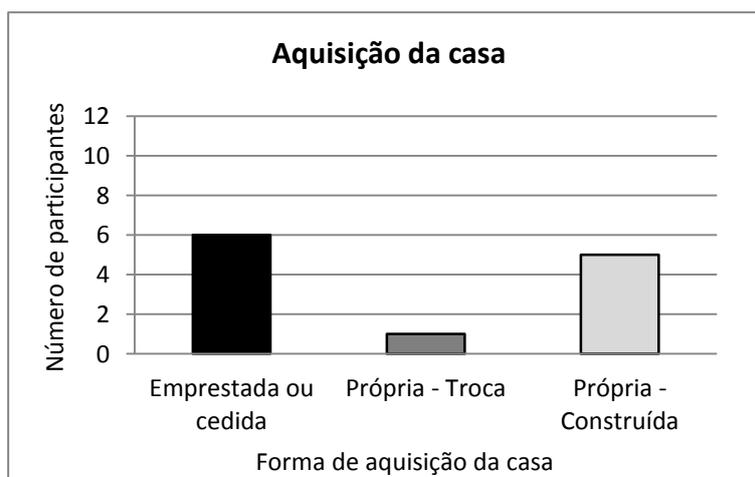


Gráfico 12 - Distribuição de participantes de acordo com a forma de aquisição da casa

FONTE: Entrevista com os participantes.

Dentre os participantes, 05 afirmaram terem construído suas casas, mas se sabe que as demais casas também foram autoconstruídas apesar de terem sido adquiridas de forma secundária pelos demais participantes, mesmo sendo em uma área de risco. De acordo com a história da habitação brasileira, a autoconstrução foi uma das saídas encontradas pela população frente à ineficiência do Estado na provisão de habitações para as camadas mais pobres (AZEVEDO, 2007). Entretanto, esta medida em inúmeros casos resultou em construções com condições precárias, pois boa parte das famílias não possuem renda suficiente para investir em uma casa com infraestrutura adequada e optam por localidades inadequadas em virtude da má distribuição e falta de terras.

O resultado conforme observado durante a coleta de dados, são residências com pouca ou nenhuma infraestrutura “uma vez que os assentamentos precários foram produzidos, na sua maioria, por autopromoção da própria população, que dispôs as moradias de forma desordenada, contando com elevados níveis de densidade populacional” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b, p. 14). Ainda assim, a autoconstrução faz parte do processo de enfrentamento das camadas pobres diante da falta de moradias, e ao mesmo tempo em que constroem para si, constroem também a cidade, conforme aponta Rodrigues (1991, p. 32): “O produto – a casa – embora seja muito precário – pela qualidade do material de construção, da edificação – é uma alternativa de moradia. Produz-se a casa e a cidade neste processo cotidiano”.

Apesar de todos os participantes entrevistados terem suas casas construídas em áreas de risco, 03 participantes afirmaram possuir documento de posse da casa e do terreno mesmo este estando irregular, outra característica que agrava o problema da habitação, visto que a maior parte das habitações que se encontram em locais precários, podem ter sido construídas após ocupações irregulares, conforme aponta Ministério das Cidades (2004, p.21):

[...] um contingente expressivo da população brasileira a viver em assentamentos precários marcados pela inadequação de suas habitações e pela irregularidade no acesso à terra, comprometendo a qualidade de vida da população e provocando a degradação ambiental e territorial de parte substantiva das cidades.

A falta de regularização implica em consequências para a continuidade das famílias nesses locais, visto que “edificadas à margem da ilegalidade, não contam com infraestrutura nem serviços públicos indispensáveis à vida coletiva” (BURNETT, 2009, p. 100).

Existem intervenções que implicam a regularização da questão fundiária para famílias que moram em assentamentos precários e que são respaldadas por lei, como por exemplo a

Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 a qual estabelece tanto a regularização fundiária de interesse social quanto a de interesse específico, além de que:

[...] cria novos instrumentos, flexibiliza parâmetros de intervenção, estabelece procedimentos e competências, com o objetivo de conferir maior agilidade e efetividade aos processos de regularização, sobretudo nos quais esteja configurado o interesse social. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b, p. 18)

Entretanto, o fato de que as casas estão assentadas em barrancos que representam áreas de risco para os moradores pela possibilidade de deslizamentos e desmoronamentos, impedem a regularização destes terrenos.

Quando questionada a posse do documento, apenas um dos participantes expôs o documento que de fato lhe confere a posse do terreno e afirmou: *“Tenho o título definitivo dela. É um documento que até naquela época que foi até o que era o nosso governador. Ele ainda não era governador, nem prefeito não. Faz muito tempo já isso. É um papel que parece um registro”* (A.F.L., 57 anos). O participante informou ainda que outros moradores da Rua Dr. João de Paula também receberam o mesmo documento, mas apesar disso os outros 02 casos de posse do documento da casa não puderam ser confirmados.

6.3 Serviços públicos

O acesso a alguns dos principais serviços públicos como iluminação (pública e residencial), água encanada, rua asfaltada e rede de esgoto foram questionados e registrados de acordo com Gráfico 13.

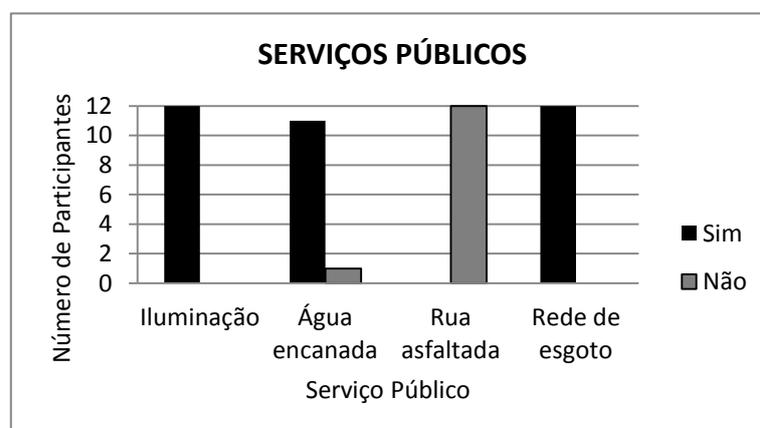


Gráfico 13 - Distribuição de participantes de acordo com o acesso aos serviços públicos

FONTE: Entrevista com os participantes.

Destes serviços, todos os participantes em geral têm acesso apenas à iluminação e rede de esgoto, 01 participante não possui água encanada em sua residência, e a rua, conforme exposto na descrição do local, não é asfaltada. De acordo com Azevedo (2007) após a criação do Ministério das Cidades em 2003, o tema da habitação passou a receber uma visão holística, pois a questão habitacional passou a não estar restrita apenas a questão do habitat e construção de novas moradias, mas também passou a envolver a provisão de saneamento, transporte, regularização fundiária e outros. O diagnóstico acerca da questão habitacional também compreende o acesso aos serviços públicos básicos que são identificados por meio do censo demográfico.

Acerca do acesso ao serviço de coleta de lixo, alguns moradores informaram que o caminhão adentra a Rua Dr. João de Paula. Apesar disso, foi percebida uma grande quantidade de lixo e capim nas ruas e ao redor de algumas casas.

De acordo com Lemos (2003) uma das medidas adotadas para a redução da pobreza e desigualdade social evidenciada no Brasil, está na oferta de serviços oferecidos por meio de programas assistencialistas para a camada populacional que não apresenta condições econômicas de acesso a estes serviços, e que por isso, o acesso aos serviços de água tratada coleta de lixo e rede de esgoto, além de caracterizarem a situação habitacional também são alguns dos indicadores utilizados pelos Índices de Exclusão Social.

Acerca da segurança pública, foi perguntado se os participantes se sentiam ou não seguros na comunidade, entretanto, muitos participantes entendiam se tratar do sentimento de segurança em relação à casa, e dessa forma muitos colocavam sua preocupação com a situação da moradia: *“Rapaz, livrando do barranco aí de cair. O perigo é quando dá esses torozão de água aí”* (A.F.L., 57 anos); *“Não, porque quando não chove é bom, mas quando chove começa a quebrar o barranco. O barranco já caiu aí atrás. Porque eu tenho duas crianças que uma tem dois anos e outra tem quatro anos. Aí eu não me sinto em segurança com eles, em relação aos meus filhos né”* (L.S.V., 30 anos). Após os comentários dos participantes, a pergunta era feita novamente, mas enfatizando sua relação com o nível de marginalidade no local, e nesse caso, metade dos participantes afirmou sentir-se segura e a outra metade não: *“Já fui roubada não sei quantas vezes. O pessoal quer comparar a casa deles com a minha. A minha, mesmo que eu saia, entram pelas brechas. E tem como. A minha botija é no cadeado”* (M.S.S., 48 anos); *“É tranquilo aqui, a gente não vê essas coisas assim não (sobre a marginalidade na área). Acontece um caso ou outro de roubo, mas não é toda vez”* (L.S.V., 30 anos).

Apesar do parecer dos participantes, o local é conhecido como área vermelha com alto índice de venda de entorpecentes.

Com relação ao serviço de transporte público (Gráfico 14), 08 participantes avaliaram como sendo péssimo este serviço na comunidade, e evidenciaram sua insatisfação: “*Isso aí é péssimo mesmo. Quando a gente coloca esses negócios aí de imprensa, eles colocam ônibus novo, e vocês sabem, em um dois dias somem*” (A.F.L., 57 anos); “*É difícil, é muito ruim porque a gente tem que ficar uma hora na parada do ônibus, esperando o ônibus pra sair*” (A.F., 33 anos), “*É ruim porque é longe né. Pra pegar ônibus tem que subir pra lá*” (M.S.D.S., 19 anos). A rota das linhas de ônibus não compreende a Rua Dr. João de Paula, e dessa forma os moradores do local que necessitam usar o transporte coletivo se deslocam para a Rua Getúlio Vargas na Comunidade da Fé I ou para as proximidades da Comunidade Nova Esperança.

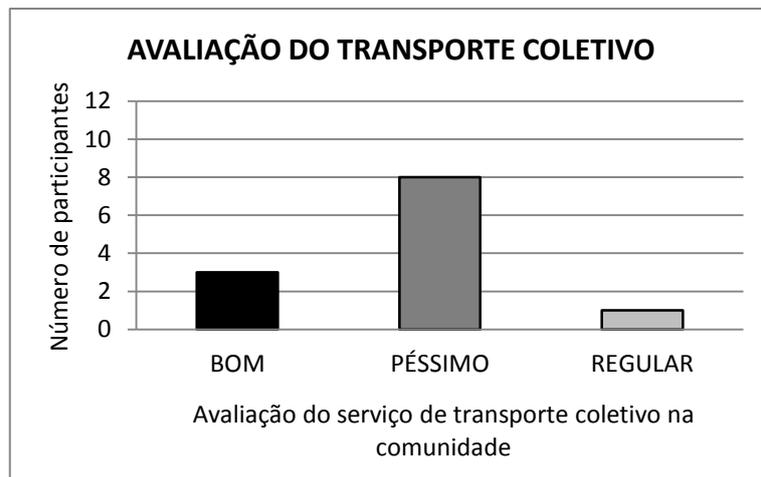


Gráfico 14 - Avaliação do serviço de transporte coletivo na comunidade

FONTE: Entrevista com os participantes.

O acesso ao serviço de transporte coletivo com qualidade constitui o direito de acesso à cidade, além de estar relacionado à questão de mobilidade urbana que interfere na qualidade de vida da população (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004). Esse se constitui como um dos pontos de maior insatisfação não apenas dos moradores da Rua Dr. João de Paula, mas para toda a comunidade, tornando-se um conflito urbano diretamente ligado ao problema habitacional, conforme aponta Motta (2010, p. 9):

Quando falamos do problema da habitação e de lutas e movimentos sociais a ela relacionados, logo pensamos na falta de moradias, esquecendo que essa questão tem outras facetas e reivindicações, como as condições de

infraestrutura urbana (saneamento, transporte, etc.) e a forma de implantação de obras de urbanização.

Todos os participantes afirmaram nunca terem participado de nenhum outro programa de habitação, e quando perguntados acerca da representatividade da casa em que reside para si, houveram colocações de satisfação em relação ao fato de possuir uma casa ainda que a mesma esteja em área de risco:

Pra mim é tudo na vida. É a única que eu tenho, se cair, já era parceiro. Seria muito melhor, em outro lugar. Uma casa boa que desse pra pessoa viver digno. É meio apertadinho aí, é difícil o negócio” (A.F.L., 57 anos), “Eu tô em risco ali, mas a minha casa é tudo o que eu não tinha né. Ali é meu refúgio, meu e dos meus filho. Ali pra mim é tudo (W.M.P., 42 anos).

Também emergiram falas relacionadas ao possuir uma casa não apenas para usufruto pessoal, mas um benefício estendido a toda família: “A minha representação é de um dia eu morrer e deixar pros meus filhos, meus netos. É esse que é o agarramento maior aqui” (R.S.N, 54 anos). Além de comentários como o de M.S.F.A.S., 43 anos :

Pra mim representa tudo porque é uma moradia afetiva, que eu não fico morando na casa dos outro e meus filho fica tudo debaixo do teto, comigo ali junto, e a gente come tudo junto. Pra mim representa muita coisa pra uma casa, pra mim é tudo na minha vida. Primeiro lugar é Deus na minha vida tudo, mas uma casa é bom pra gente morar.

Outros participantes evidenciaram a insatisfação com a moradia e preocupação com as condições desta: “A única opção que eu tenho é de ficar aqui. Se eu tivesse outro canto pra ir nós tinha saído daqui, mas não tem, então o jeito é nós ficar aqui aguentando o sufoco” (A.F., 33 anos).

Eu penso é sair dessa casa aí. Eu tava até querendo vender, mas ninguém compra ela não, porque é arriscado né. Sair daí desse lugar aí que eu tenho muito medo, medo mesmo. E quando é de noite, é escuro, escuro, escuro. Eu não saio nem pra fora, pra sentar aqui na frente porque eu tenho medo de noite (V.L.P.S., 36 anos).

7 CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos com a presente pesquisa, foi possível adentrar o universo de uma pequena amostra da população alvo das políticas públicas voltadas para a habitação de interesse social a ser implementada pelo Programa Minha Casa Minha Vida no Complexo Colônia Antônio Aleixo, permitindo não apenas caracterizá-las socioeconomicamente conforme proposto no objetivo da pesquisa, mas também conhecer uma parte da realidade compartilhada por essas famílias em seu dia-a-dia.

Percebeu-se que a própria constituição do Complexo Colônia Antônio Aleixo, após o fechamento do hospital-colônia, diferentemente da maior parte dos bairros de Manaus não se deu a partir de invasões, mas sim com seus primeiros moradores portadores de hanseníase e seus familiares que aos poucos foram constituindo suas residências e formando as comunidades que pertencem ao Complexo. Entretanto, a Rua Dr. João de Paula na Comunidade da Fé I é resultado da construção de casas de maneira indiscriminada culminando com o que hoje lá se encontra: assentamentos precários que representam riscos para seus moradores e uma rua que, mesmo com todo o desenvolvimento do bairro no que diz respeito aos serviços que lá são disponibilizados, não conseguiu acompanhar o progresso da comunidade e permanece ainda sem asfalto.

Os participantes da pesquisa além de estarem relegados a moradias precárias, não têm acesso aos recursos que os ajudariam a não estarem na condição de parcela pobre da sociedade: educação e emprego. Somado a isso, possuem famílias numerosas compostas por muitos filhos e outras pessoas com o mesmo nível de qualificação. Diante dessa realidade, não seria possível obter outro resultado que não fosse o de famílias com baixo nível de escolaridade, renda mensal de menos de um salário mínimo, residindo em moradias com pouca infraestrutura, dependente de serviços autônomos e benefícios sociais.

Suas casas, além de estarem em área de risco que representam perigo para os seus moradores e um temor, conforme relatado pelos participantes, apresentam diversas deficiências com as quais convivem os participantes e seus familiares, alguns já há mais de dezesseis anos. Dentre as problemáticas, acrescenta-se a presença de coabitação familiar, adensamento excessivo e irregularidade na posse da propriedade. Identificou-se que o acesso aos serviços de transporte público, coleta de lixo, segurança comunitária e pavimentação da

rua, são alguns dos serviços que se encontram limitados não só a estes participantes, mas a todos os moradores da Rua Dr. João de Paula.

A pesquisa demonstrou que estes participantes se encontram em situação de exclusão social, por não possuírem uma moradia digna e por sua situação de pobreza resultante da falta de acesso à educação e qualificação profissional que não permitem que esses participantes tenham a oportunidade de adentrar o mercado de trabalho, propiciando melhores condições de renda para si e sua família, e fortalecendo-os para a saída da situação de pobreza. Nesse caso, conforme aponta Wanderley (2001), apesar de pobreza e exclusão não serem sinônimos da mesma situação, a primeira além de estar articulada com a segunda pode também conduzir a ela.

Além de revelar esta realidade, a pesquisa possibilitou testemunhar que a falta de investimentos em educação e envolvimento das classes populares na produção econômica do país, aponta para uma manutenção da pobreza com forte participação do Estado. Isso tem resultado na perpetuação de uma condição econômica que não permite a aquisição de uma moradia digna tendo em vista o seu alto valor no mercado, levando as classes populares a dependerem quase que exclusivamente dos programas de habitação para adquirir uma casa.

Sabendo-se que a própria política habitacional busca promover a inclusão social dos indivíduos por meio do fornecimento de moradias dignas para os segmentos excluídos, compreende-se que a inclusão desses participantes no Programa Minha Casa Minha Vida é fundamental para que estes tenham uma oportunidade de acesso e melhorias na sua condição de vida. Entretanto, para que essa inclusão se dê de maneira efetiva, cabe observar qual nova realidade será imposta aos beneficiários do programa, pois tal inclusão não pode ser reduzida apenas a posse de uma casa para se morar. Além da moradia, reivindica-se o direito de viver na cidade, visto que a moradia compreende tudo aquilo a que uma família tem direito e que necessita, garantindo sua permanência e transformando sua qualidade de vida.

Por isso, o conhecimento da realidade que já é vivenciada por estas famílias é essencial para que o planejamento das políticas públicas voltadas para elas não tenha o efeito inverso ao da inclusão social. Tirar estas famílias de áreas de risco para reassentá-las em lugares distantes, sem equipamentos públicos, creches, escolas, onde terão que arcar com custos de luz, água e demais empreendimentos com menos de um salário mínimo mensal, não é promover inclusão social, mas reproduzir exclusão social, é promover inclusão marginal e perversa de indivíduos que são alijados da sociedade para depois serem inseridos de qualquer forma (VÉRAS, 2003). A dificuldade na permanência das famílias beneficiárias em condições como as supracitadas já foi registrada em outras pesquisas sobre programas de habitação

implementados em Manaus (PINHEIRO, 2008; ESTEVES, 2012), e se acredita que o presente estudo possa ajudar a orientar novos planejamentos que visem a mesma finalidade.

Além disso, considerando as várias dimensões da vida social implicadas na participação destes indivíduos e dos laços que envolvem a relação destes com suas casas, sugere-se a integração de outros profissionais capacitados para trabalhar as questões relacionadas à subjetividade destes indivíduos em relação à participação no programa. Apesar de compartilharem realidades semelhantes, a maneira como estes a vivenciam e concebem não se dá igualmente, a exemplo do que foi identificado em suas falas a respeito da representação de suas casas. Entender e garantir que os beneficiários de programas assistencialistas tenham suas individualidades respeitadas é possibilitar sua contribuição para as ações a que serão submetidos, é reconhecê-los enquanto sujeitos na execução de políticas públicas, como a de habitação de interesse social (GONÇALVES, 2010).

Ademais, a pesquisa se apresentou como relevante para maior aproximação do conhecimento acadêmico com a teoria e prática do universo científico, além de grandes ganhos não apenas para os pesquisadores envolvidos, mas também para as áreas do conhecimento que abrangem esta temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADULIS, Dalberto; FISCHER Rosa Maria. *Exclusão social na Amazônia legal - a experiência das organizações da sociedade civil*. Revista de Administração. São Paulo v. 33, n.1, p. 20-33, janeiro/março 1998.
- ALVES, Juliana Araújo. *A dimensão da saúde no espaço urbano: desativação do hospital-colônia e criação do bairro Colônia Antônio Aleixo em Manaus-AM*. Disponível em: <<http://www.academicomundo.com.br/artigos/revista3/juliana.pdf>> Acesso em: 01 abr. 2015.
- ALVES, Juliana Araújo; OLIVEIRA, José Aldemir de. *A política de isolamento para a hanseníase e a saúde pública: a geografia do isolamento em Manaus-AM, Brasil*. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011. Costa Rica, 16p.
- ASSAD, Tâmera Maciel. *A problemática das “invasões” na cidade de Manaus: perspectivas de legalização fundiária à luz do estatuto da cidade*. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/novos_desafios_tamera_maciel_assad.pdf> Acesso em: 14 de jun. 2015.
- AZEVEDO, Sérgio. *Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências*. In: CARDOSO, Adauto Lucio. (Org.) *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC, 2007. p. 13-41 (Coleção Habitare).
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. Análise Social. v. 24, n. 127, 1994. p. 711 - 732.
- _____. *Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula*. Disponível em: <http://www.usjt.br/arb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2014.
- BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. *Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr-jun. 2011.
- BURNETT, Frederico Lago. *As Cidades Brasileiras e a Desigualdade Socioespacial*. Revista Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ . Rio de Janeiro, v. 06, n. 24, p.99- 112, dez.2009.
- CABRAL, Maria de Fátima. *Habitação e questão social - análise do caso brasileiro*. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona. v. 09, n. 194, p. 1-26, 2005.
- CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar et al. *Acesso a bens e serviços sociais em UC: questão de cidadania e inclusão social*. *Novos Cadernos NAEA*. v. 16 n. 1 , p.249-282, jun. 2013.
- CAMPOS, Anabela Pereira. *Habitação Social no Concelho da Covilhã: Inclusão ou Exclusão?* 2013. 134f. Dissertação (mestrado) –Universidade da Beira Interior, Ciências Sociais e Humanas, Covilhã. 2013.
- CARDOSO, Adauto Lucio. *Contextualização/Caracterização*. In: BRASIL, Ministério das Cidades. *Política Habitacional e a integração Urbana de assentamentos precários: Parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos*. Brasília: Ministério das Cidades, 2008, 144p.
- _____. (Org.). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.p. 07-66

- CARVALHO, Edemir de. *Mapa da inclusão/exclusão social e qualidade de vida em Marília*. Disponível em: <http://www.levs.marilia.unesp.br/GUTO/edemir/projeto_edemir.pdf>. Acesso em: 28 de dez. de 2014.
- CAVALCANTE, Andreia Santos; REIS, Milane Lima; LIRA, Suzete Araújo. *Interdisciplinaridade e questão social - novo paradigma no trabalho do serviço social na Amazônia*. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA/CODE - Conferência do Desenvolvimento. 2011.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 164 p.
- DESCHAMPS, Marley Vanice. *Vulnerabilidade Socioambiental das Regiões Metropolitanas Brasileira*. Disponível em: <https://web.observatoriodasmetropoles.net/new/images/abook_file/relatorio004_2009.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2014.
- ESTEVES, Ana Beatriz de Souza. *Inclusão e Exclusão social em programas de intervenção urbana: O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - Prosamim*. 2012. 180f. Dissertação (mestrado) –Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília. 2012.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega; OLIVEIRA, Alfredo César Tavares. Marechal Hermes e as (des) conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona. v. 14, n. 331, p.1-17, 2010.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional municipal no Brasil*. Belo Horizonte, 2013, 78p. CD-Rom.
- GONÇALVES, Maria da Graça. *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2010. 134p.
- GUERRA, Paula. Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. *Revista Angolana de Sociologia*, n. 10, p. 91-110. dez. 2012.
- HISTÓRICO do Complexo Colônia Antônio Aleixo. Direção de Cleudo Assunção de Souza. Produção de Cleudo Assunção de Souza. Manaus: Associação de Moradores e Amigos do Complexo Colônia Antônio Aleixo - AMACCAA, 2010. 1 DVD (40 min), son., color
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores Populacionais*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2015.
- LARCHER, José Valter Monteiro. *Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social*. 2005, 41 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2005.
- LEAL, Giuliana Franco. *Exclusão social e rupturas dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo*. 2008. 249 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2008.
- LEMOES, José de Jesus Sousa. *Pobreza e exclusão social no Brasil em 2003*. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/1102.pdf>>. Acesso em: 24 de dez. 2014.
- MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. 276p.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Política Nacional de Habitação*. Cadernos MCidades nº 4. Brasília: 2004. 104 p.
- _____. Secretaria Nacional de Habitação. *Avanços e desafios: Política Nacional de Habitação*. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2010a.

- _____. Secretaria Nacional de Habitação. *Urbanização de favelas: a experiência do PAC*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010b. 87 p.
- _____. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. *O Estatuto da Cidade comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010c.
- _____. Secretaria Nacional de Habitação. *Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010d. 83 p.
- MOTTA, Luana Dias. *A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade*. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2014.
- PINHEIRO, Lady Mariana Siqueira. *As mulheres do Prosamim: ambiente, gênero e cidade*. 2008. 169 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.
- REIS, M. L.; LAPA, U. C.; CHAVES, M. P. S. R. *Desigualdades sociais e a sustentabilidade na Amazônia*. Disponível em: <<http://georgelins.com/2010/10/24/desigualdades-sociais-e-a-sustentabilidade-na-amazonia/>>. Acesso em: 25 de dez. 2014.
- RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza. *De leprosário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus - AM)*. 2011. 283 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- RIBEIRO FILHO, Mário Jorge. *Paisagem e impactos socioambientais do Lago do Aleixo: um estudo sobre a percepção dos moradores do entorno*. 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991. 72 p.
- SALOMONI, Salete Maria. *Moradores do Universo: afetos e significados da relação exclusão/inclusão social em programas de melhoramento urbano*. 2009. 113f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2009.
- SECRETARIA EXECUTIVA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL. *Relatório Técnico*. Manaus, 2014. Relatório. Digitado.
- SIMÕES, Joana Isabel de Araújo Freitas. *A habitação social como instrumento de combate à pobreza e exclusão social: estudo de caso no bairro Alves Redol*. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3010..>>. Acesso em: 04 de abr. 2015
- STAEVIE, Pedro. Crescimento demográfico e exclusão social nas capitais periféricas da Amazônia. *Textos e debates*. v. 1, n. 17, p. 33-51, 2009.
- SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: _____. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 07-13.
- _____. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética inclusão/exclusão. In: _____. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 97-116.
- VALLADARES, Licia do Prado. (Org.). *Habitação em questão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 196p.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Sociedade urbana: desigualdade e exclusão sociais. *Caderno CRH*, Salvador, n. 38, jan-jun, p. 79-114, 2003.
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 16-26.

ANEXO 1



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Caracterização socioeconômica das famílias participantes de um programa de habitação de interesse social no Complexo Colônia Antônio Aleixo

Pesquisador: Marcelo Gustavo Aguilari Calegare

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 32017714.3.0000.5020

Instituição Proponente: Faculdade de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 729.880

Data da Relatoria: 23/07/2014

Apresentação do Projeto:

Em 2003, o governo Lula começa a implementar mudanças visando amenizar problemas sociais relacionados à habitação no Brasil, criando a Política Setorial de Habitação de Interesse Social. Em Manaus, alguns programas de habitação de interesse social estão sendo desenvolvidos, dentre os quais figura aquele do Complexo Colônia Antônio Aleixo. O objetivo desta pesquisa é fazer a caracterização socioeconômica das famílias da comunidade da Fé, no complexo colônia Antônio Aleixo, participantes do programa de habitação de interesse social. Trata-se de uma investigação quali-quantitativa de caráter exploratório-descritivo, que utiliza de formulário com perguntas fechadas e abertas, observação sistemática e assistemática, registro fotográfico. Os dados obtidos serão analisados por estatística descritiva e por análise de conteúdo. Estima-se conhecer o perfil dessas famílias para delinear melhor forma de atuação do trabalho social junto a esses grupos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Fazer a caracterização socioeconômica das famílias da comunidade da Fé, no complexo colônia Antônio Aleixo, participantes do programa de habitação de interesse social.

Objetivo Secundário:

a. Apresentar a caracterização socioeconômica das famílias participantes do programa. b.

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 729.880

Descrever as condições do bairro da Fé, na Colônia Antônio Aleixo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos de participação na pesquisa são mínimos, resumindo-se ao constrangimento ou desconforto, porém havendo qualquer indício desses, a pesquisa será interrompida de imediato e os dados obtidos desconsiderados.

Benefícios:

Quanto aos benefícios, a realização desta pesquisa será de grande relevância acadêmica, científica e para o grupo investigado, pois com os resultados poder-se-á conhecer o perfil das famílias nesse tipo de programa de habitação de interesse social e, a partir disso, delinear melhor forma de atuação junto tais grupos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um Pibic 2014/2015. Esta pesquisa se caracteriza como quali-quantitativa de caráter exploratório-descritivo. Para alcançar os objetivos da pesquisa, serão aplicados:- formulário com perguntas abertas e fechadas, para levantar dados sociodemográficos (identificação, gênero, idade, estado civil, escolaridade, ocupação, renda familiar, composição familiar) e de habitação (condições da habitação, acesso a serviços públicos, situação da moradia).- observação sistemática e assistemática, com registro em

diário de campo, para descrição da comunidade da Fé e da condição das famílias.- registro fotográfico, para descrição da comunidade da Fé e da condição das famílias.5.3. Procedimento (de coleta)Após obtenção de aprovação do comitê de ética, se entrará em acordo com a Associação dos Moradores para seleção das famílias participantes da pesquisa. Em seguida, se farão visitas domiciliares para coleta dos dados socioeconômicos com as famílias residentes no bairro da Fé no Complexo da Colônia Antônio Aleixo. As informações serão tabuladas em banco de dados, para posteriores análises.5.4. Análise dos dados Para a análise dos dados quantitativos, a estratégia utilizada será a estatística descritiva, por meio da qual se apresentam as frequências obtidas e que revelam as características socioeconômicas das famílias. As perguntas abertas serão analisadas por análise de conteúdo (BARDIN, 2011). As informações do registro em diário de campo e fotográfico serão organizados e apresentados para ilustrar e dar consistência às análises quantitativas.

Critério de Inclusão:

Para atender o objetivo do trabalho foram observados como critérios para amostragem as famílias

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 729.880

que residem há 5 anos ou mais no Complexo da Colônia Antônio Aleixo, na comunidade da Fé.

Critério de Exclusão:

Como critérios de exclusão foram desconsiderados famílias que residem menos de 5 anos no Complexo Antônio Aleixo na comunidade da Fe. E aquelas que não responderem a todos as perguntas e que quiserem desistir durante qualquer momento da pesquisa.

Tamanho amostra Brasil: 20

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1- Folha de rosto - Adequada , assinada pela Diretora da Unidade;
- 2- Termo de Concordância – autorização assinada pelo presidente da AMACCAA. O documento não assinala o nome dos discentes que realizarão o estudo orientado pelo professor Marcelo Gustavo Aguilar Calegare.
- 3- TCLE – adequado;
- 4- Instrumento de Coleta de dados – apresentado;
- 5- Critérios de inclusão e exclusão - apresentados;
- 6- Riscos e benefícios – adequados;
- 7- Cronograma – adequado, na ocasião da análise do protocolo. Prevê pesquisa de campo para 01/09/2014 a 28/02/2015;
- 8- Orçamento – adequado;

Recomendações:

Não há recomendações a fazer.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto em tela apresenta relevância social, atende a Resolução CNS 466/2012.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 **Fax:** (92)3305-5130 **E-mail:** cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 729.880

MANAUS, 28 de Julho de 2014

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)

ANEXO 2

AMACCAA
Associação dos Moradores
Amigos do Complexo Colônia Antonio Aleixo
CNPJ:05.424.528.0001/01 Fundada em 15.07.1984

Termo de Anuência

A Associação dos Moradores e Amigos do Complexo Colônia Antônio Aleixo está ciente e autoriza o discente Danilo Victor do Casal Quinta da Universidade Federal do Amazonas a realizar a pesquisa intitulada “caracterização socioeconômica das famílias participantes de um programa de habitação de interesse social no complexo colônia Antônio Aleixo” coordenado pelo pesquisador responsável Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilhar Calegare.

Manaus, 17 de abril de 2014.

.....
Cleudo Assunção de Souza
Presidente
RG: 857526-8

Cleudo de Souza Assunção
Presidente da Associação

Sede Provisória, Rua Getúlio Vargas 1.422, Próximo a Delegacia de Polícia ao lado do Clube de Mães Rute Moura. Fone: 3618-2266/9968-8010/9278-3487/9288-6525.

¹ O termo segue com o nome do antigo bolsista da pesquisa na época do pedido de anuência.

ANEXO 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
(DEPARTAMENTO E/OU UNIDADE)
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

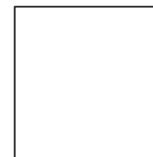
Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO COMPLEXO COLÔNIA ANTONIO ALEIXO, sob a responsabilidade do prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare e co-orientação de Elane de Azevedo Pires, a qual pretende fazer caracterização socioeconômica das famílias moradoras da comunidade da Fé 1. Sua participação é voluntária e se dará por meio de respostas às perguntas. A pesquisa não oferece riscos decorrentes de sua participação. Se você aceitar participar, estará contribuindo para o reconhecimento das famílias que habitam nessa comunidade. Se depois de consentir em sua participação o(a) Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o telefone (92)3304-4127, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Data: __/__/__



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO 4



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA**

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DE UM
PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO COMPLEXO COLÔNIA
ANTÔNIO ALEIXO**

Formulário nº I

1. DADOS SOCIOECONÔMICOS

1.1 Nome do participante: _____

1.2 Sexo 1.3. Idade

Sexo	M	F
	1	2

Idade	
-------	--

1.4 Cidade de origem: _____ 1.5 Bairro que mora: _____

1.6 Estado Civil: 1.7 Têm filhos?

Estado Civil	Solteiro	União Estável	Casado	Separado	Viúvo
	1	2	3	4	5

Nº Filhos	
-----------	--

1.8 Qual é o seu trabalho ou ocupação principal? _____

1.10 Trabalha carteira assinada:

CTPS assinada	Sim	Não
	1	2

1.11 Qual é a sua renda familiar mensal?

Renda Total	Até 1 salário (R\$ 788,00)	Até 2 salários (R\$ 1.576,00)	De 2 a 5 salários (R\$ 1.576,00 a R\$3.940,00)
	1	2	3

1.12 Qual é o seu grau de escolaridade?

Escolaridade	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo
	1	2	3	4	5	6	7

2. MORADIA

2.1 Quanto tempo na comunidade

mora na comunidade	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	Sozinho (a)
	1	2	3	4

2.2 Reside com:

Reside com	Pais e familiares	Companheiro (a)	Filhos e agregados	Sozinho (a)	Total de Hab
	1	2	3	4	

2.3 - A Casa em que sua Família Reside é:

Casa em que a família reside	Emprestada ou cedida	1	Por quem?				
	Alugada	2	Valor do Aluguel				
	Própria	3	Como adquiriu a casa	Invasão	Compra	Troca	Outro

2.4. Possui algum documento da casa? 2.5 Sua Casa é:

Doc da casa	Sim	Não
	1	2

Casa de	Madeira	Alvenaria	Mista
	1	2	3

2.6 Sua casa está assentada em:

A casa está assentada em	Barranco	Beira do Rio	Beira do Igarapé	Outro
	1	2	3	

2.7 Na sua rua há iluminação? 2.8 Há água encanada? 2.9 Sua rua é asfaltada?

Rua iluminação	Sim	Não
	1	2

Água encanada	Sim	Não
	1	2

Rua asfaltada	Sim	Não
	1	2

2.10 Possui rede de esgoto? 2.11 Quantos compartimentos tem sua casa?

Rede de esgoto	Sim	Não
	1	2

1	2	3	4	5	6	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	----

2.12 Sente seguro na comunidade que mora? 2.13 Como avalia os serviços de transporte coletivo?

Segurança na Comunidade	Sim	Não
	1	2

Avaliação transporte coletivo	Péssimo	Regular	Bom	Ótimo	Excelente
	1	2	3	4	5

2.14. O (A) Sr(a) já participou de algum programa de habitação?

Qual? _____

Participação programa habitação	em de	Sim	Não
		1	2

ANEXO 5

ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

1. *Descrição dos sujeitos*: características físicas, suas ações, modo de falar e agir;
2. *Reconstrução de diálogos*: registrar os depoimentos dos sujeitos usando suas palavras, assim como as observações feitas por estes entre si e/ou o pesquisador, para melhor análise e interpretação dos dados;
3. *Descrição de locais*: descrição do ambiente onde ocorre a observação, podendo-se utilizar ilustrações para descrever o espaço físico;
4. *Descrição de eventos especiais*: registro de fatos descrevendo o que ocorreu, como se deu e quem estava envolvido;
5. *Descrição das atividades*: registrar na sua respectiva sequência os comportamentos e demais atividades dos sujeitos durante a observação;
6. *Os comportamentos do observador*: Inclui as conversas, ações e atitudes para com os participantes.